Audiência Pública Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 3º Quadrimestre 2016

Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000

3º Quadrimestre 2016

Diário Oficial do Estado nº 20.452, de 26/01/2017

Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre/2016;

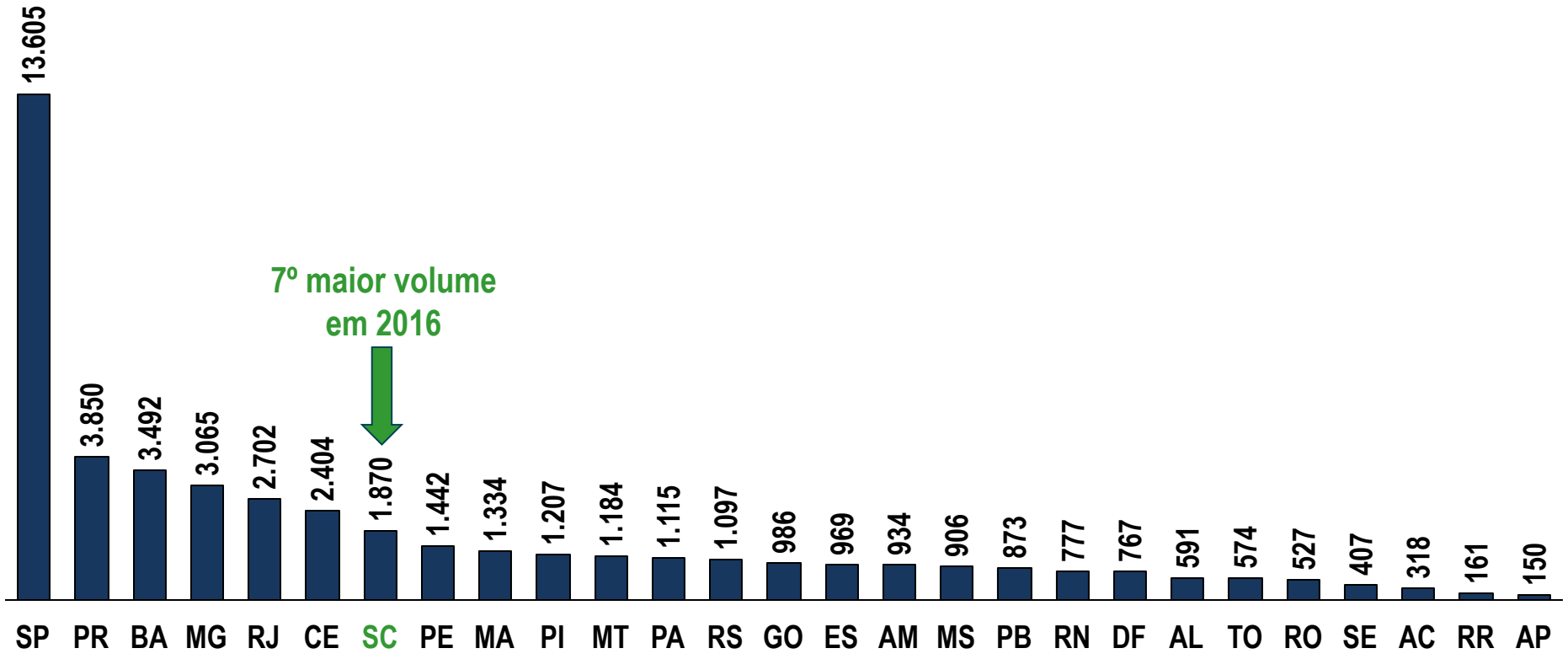
Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre/2016

Florianópolis, 31 de dezembro de 2016

A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que foi um marco nas finanças públicas do Brasil, criou regras e limites para uma **gestão fiscal responsável**, visando ao **equilíbrio das contas públicas**. Neste sentido, além de impor o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas, a LRF fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como a inscrição de restos a pagar.

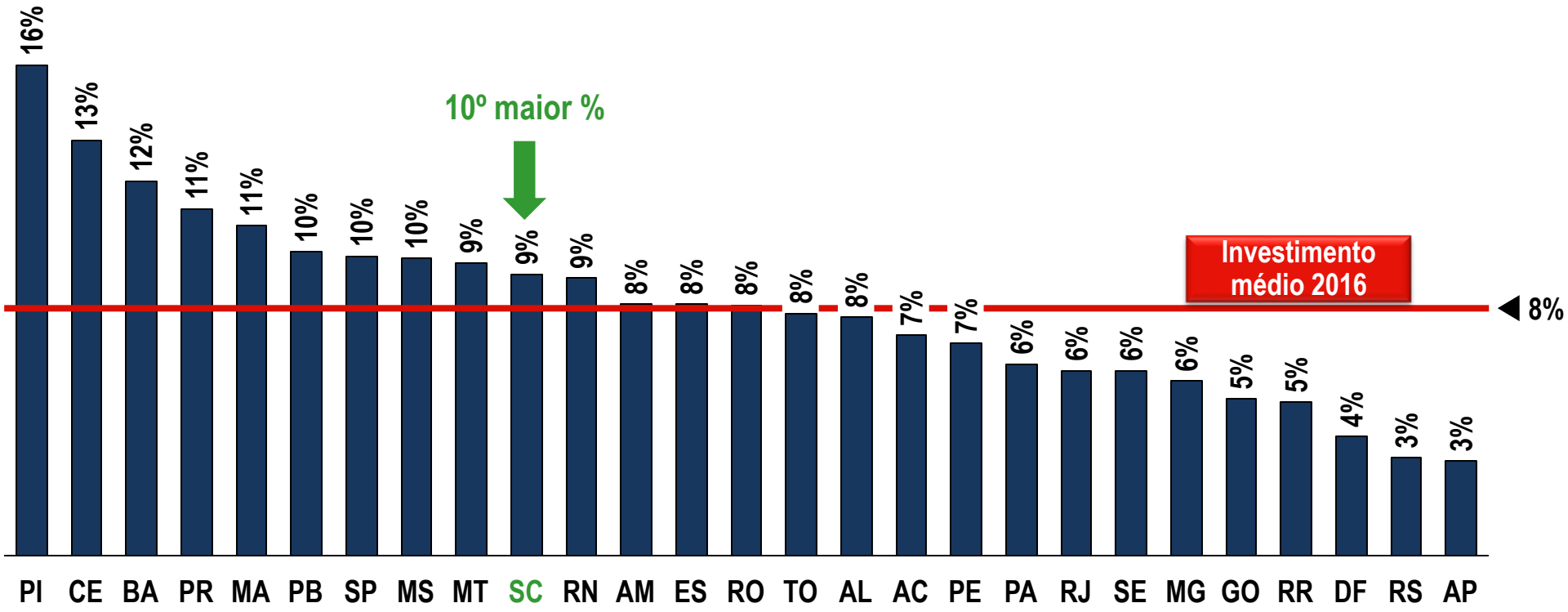
Investimentos*

Milhões R$



* Valores Incluem investimentos e as Inversões Financeiras.

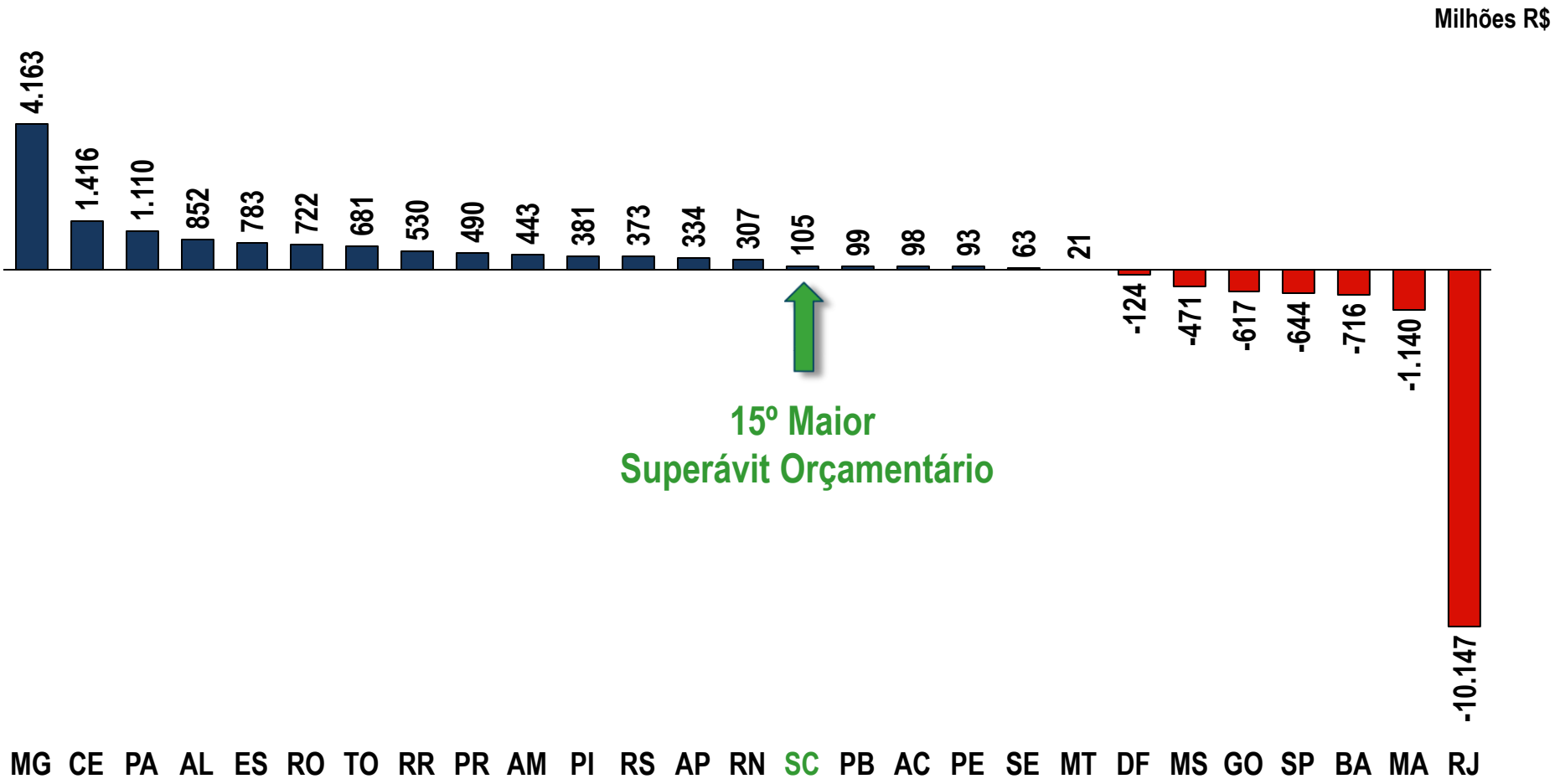
Investimentos x Receita Corrente Líquida*



* Valores Incluem investimentos e as Inversões Financeiras.

Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Resultado Orçamentário*

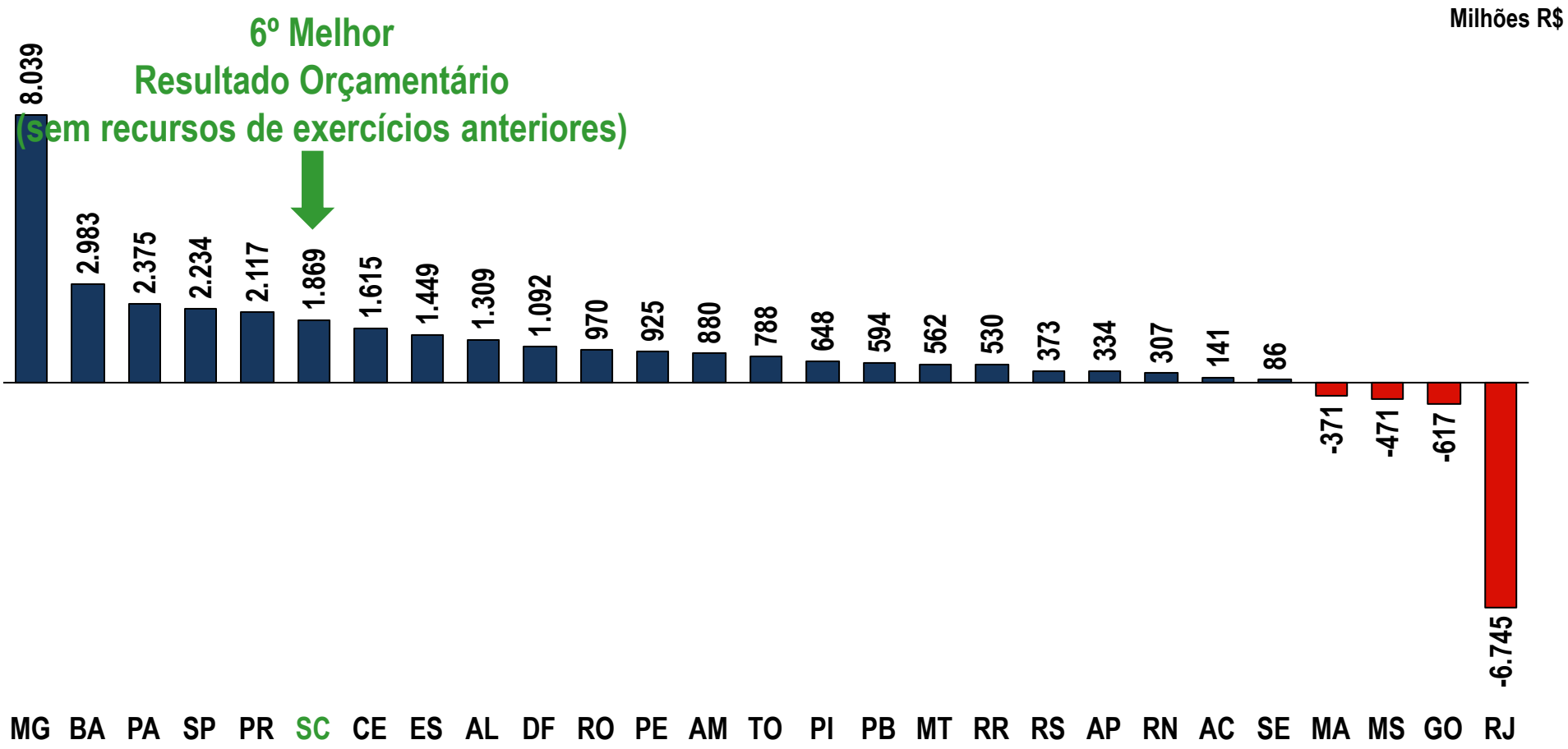


* O critério utilizado para apuração do resultado orçamentário dos Estados foi a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Resultado Orçamentário*

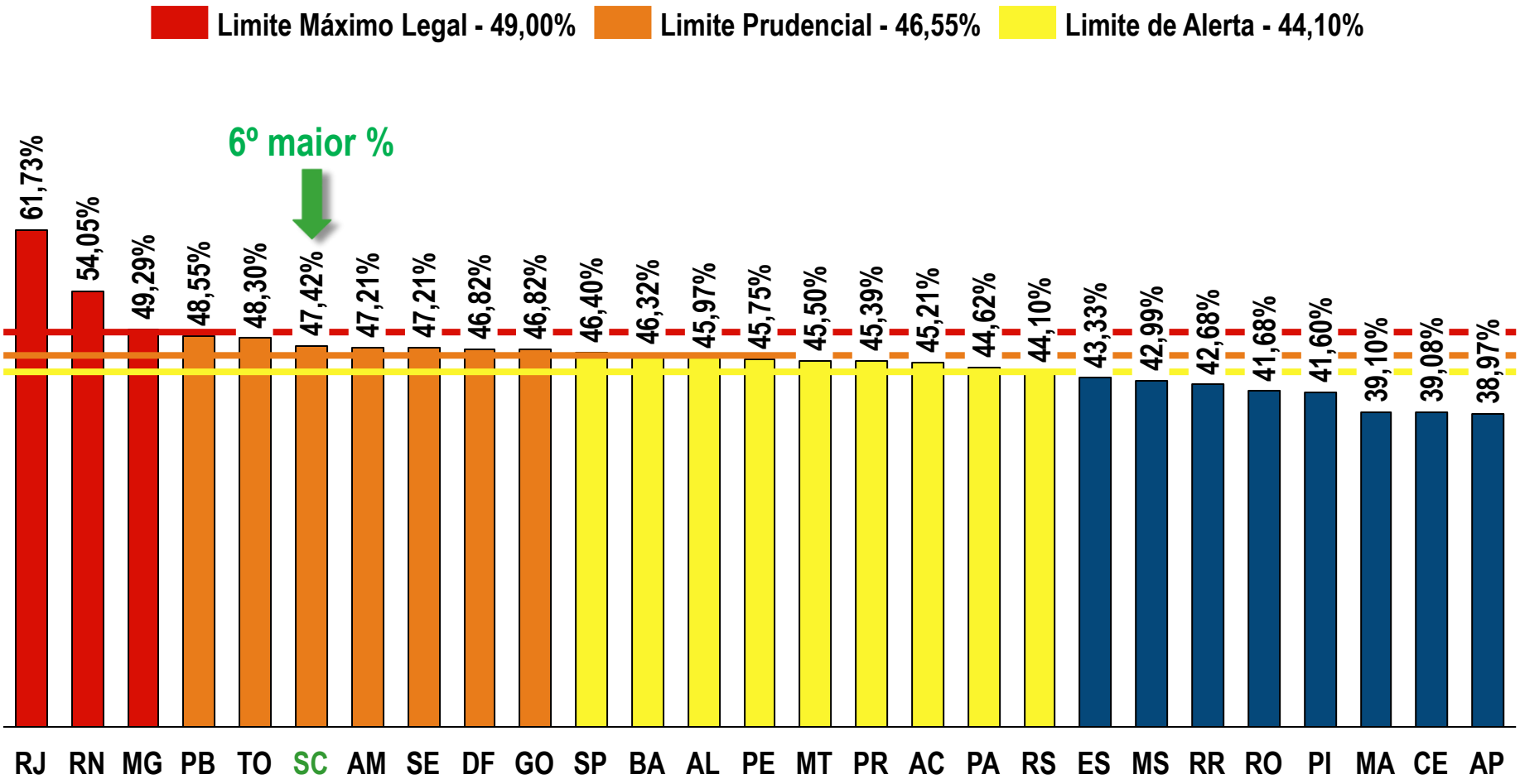
(desconsiderados os recursos de exercícios anteriores)



* O critério utilizado para apuração do resultado orçamentário dos Estados foi a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

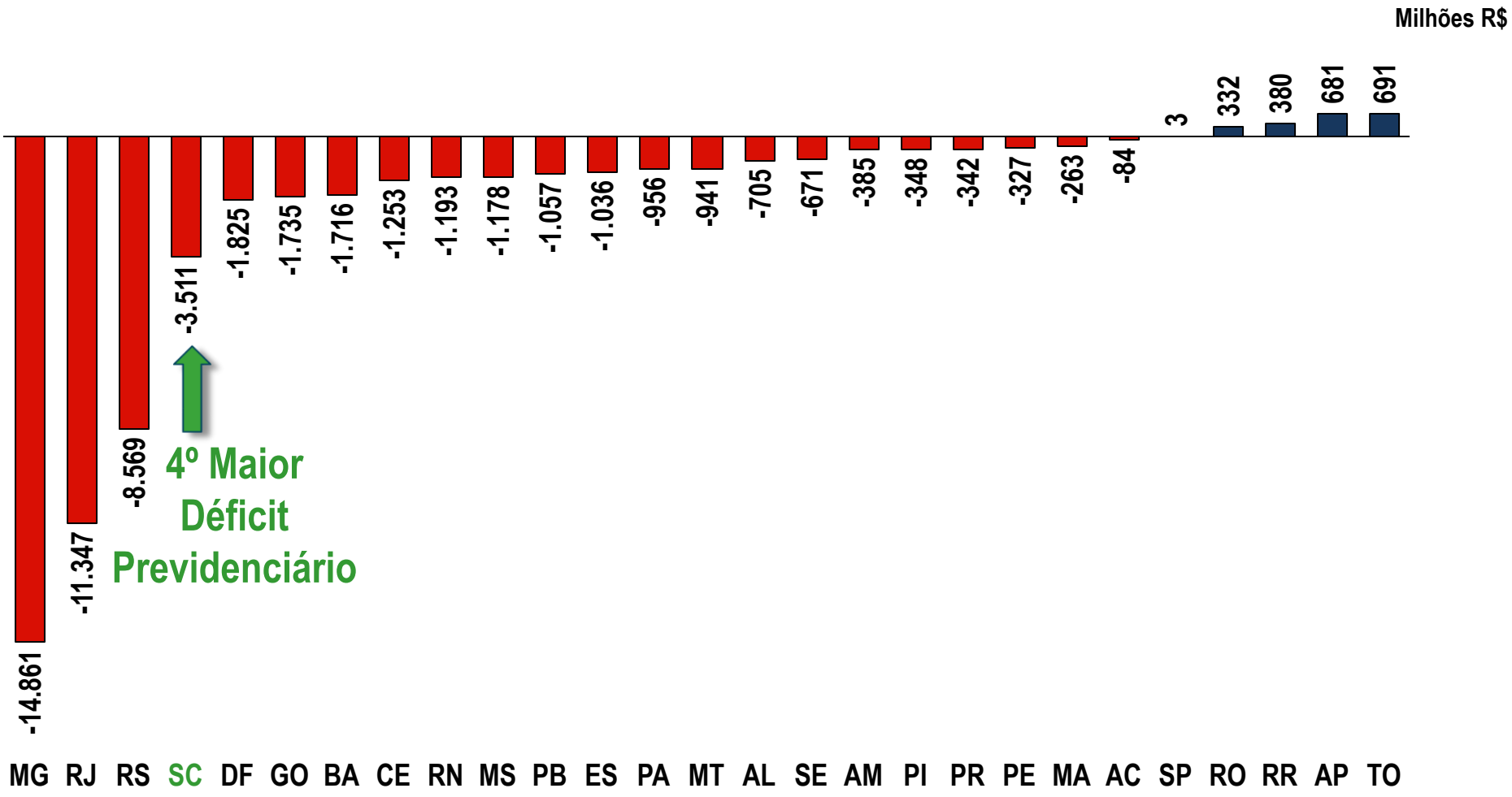
Fonte: SICONFI

% Gasto com Pessoal - Poder Executivo (LRF)



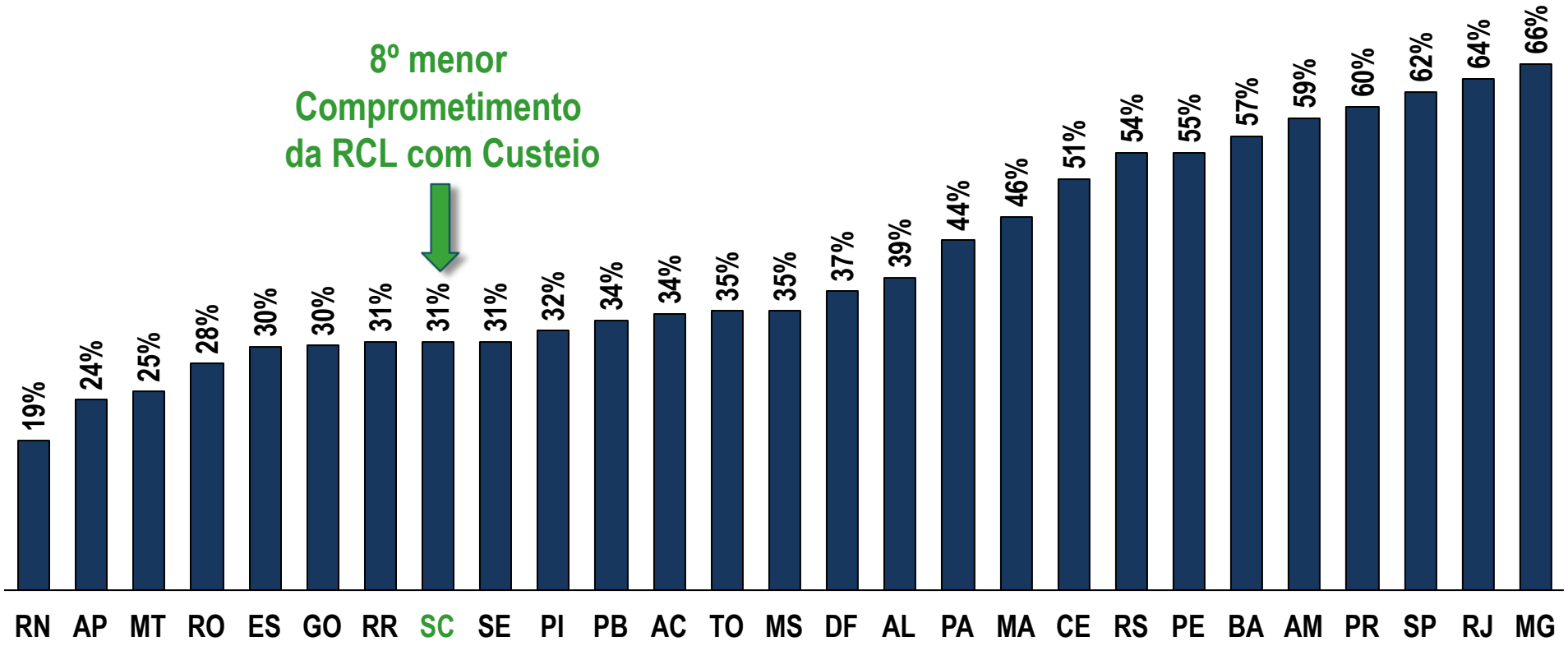
Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Resultado Previdenciário



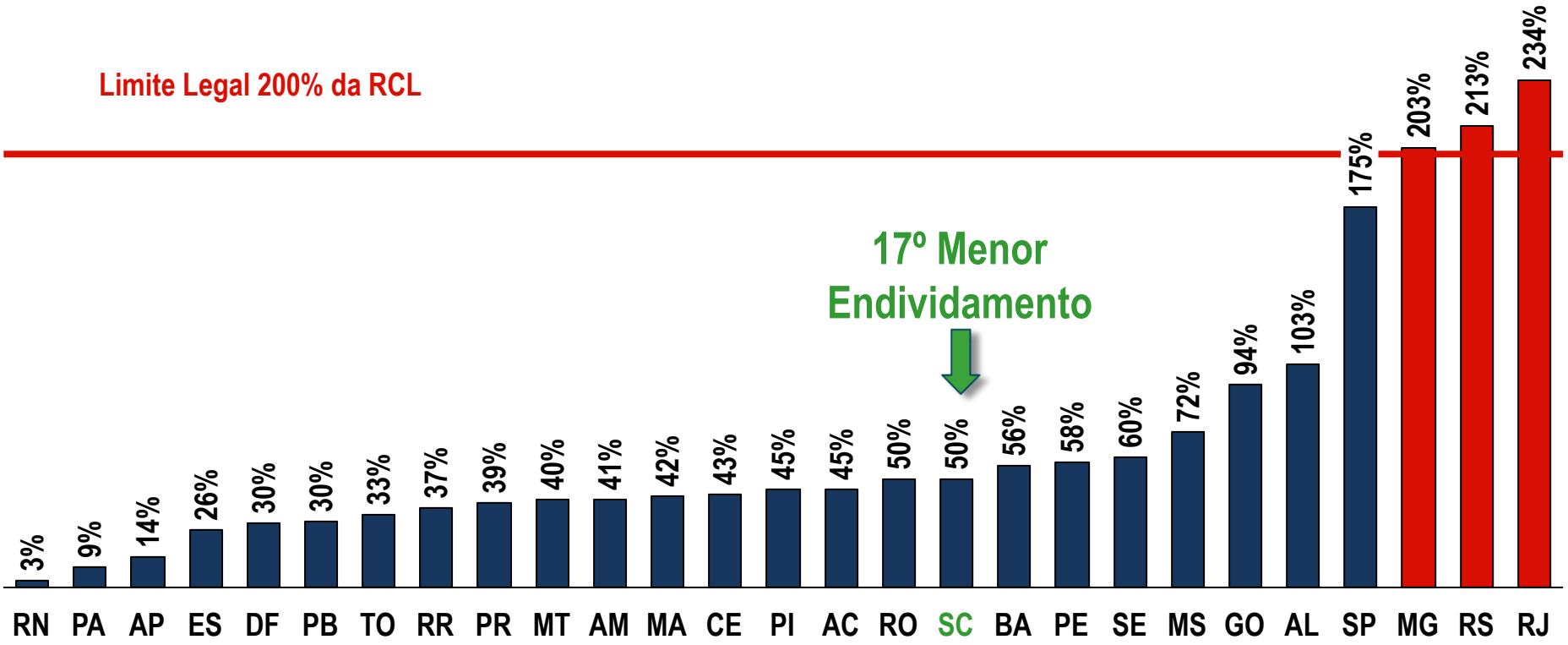
Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Custeio x Receita Corrente Líquida



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

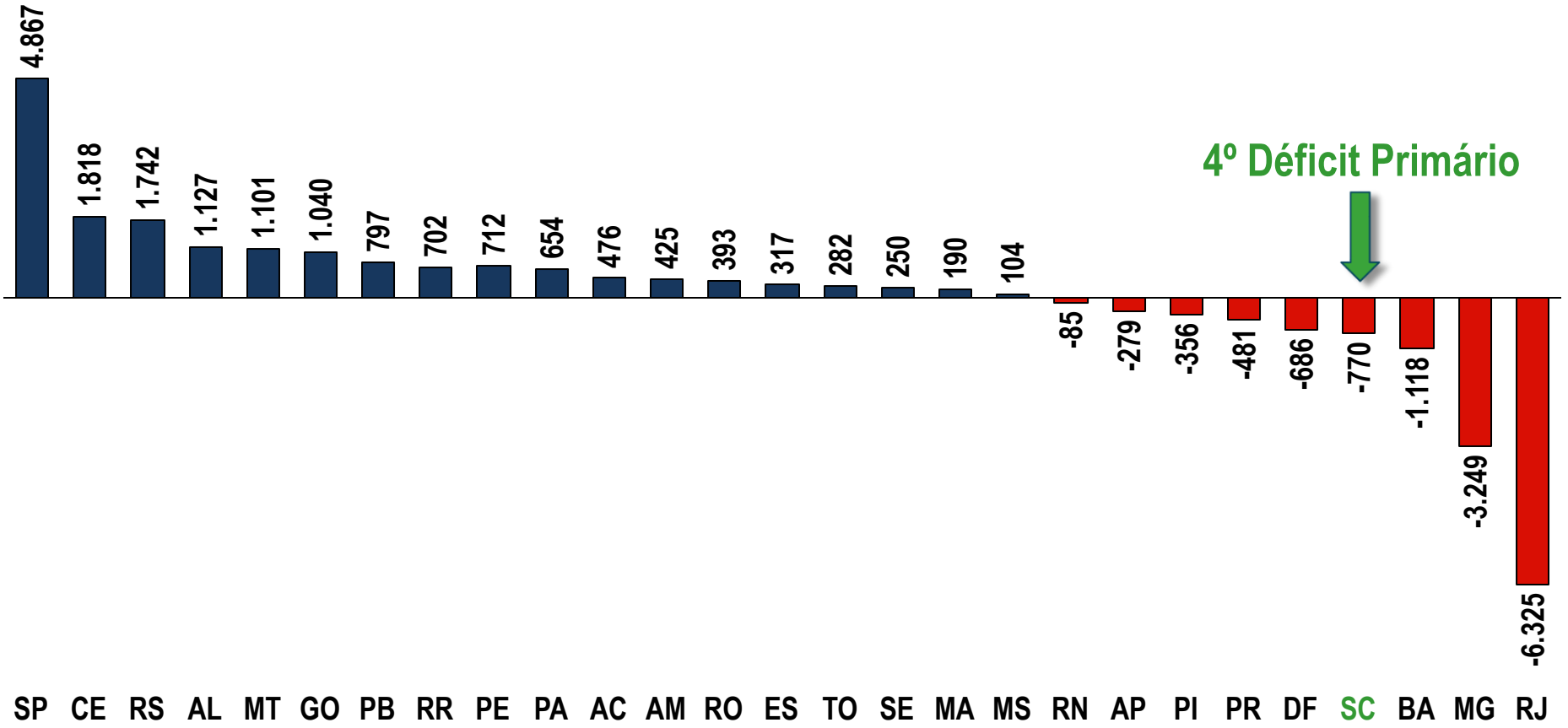
Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

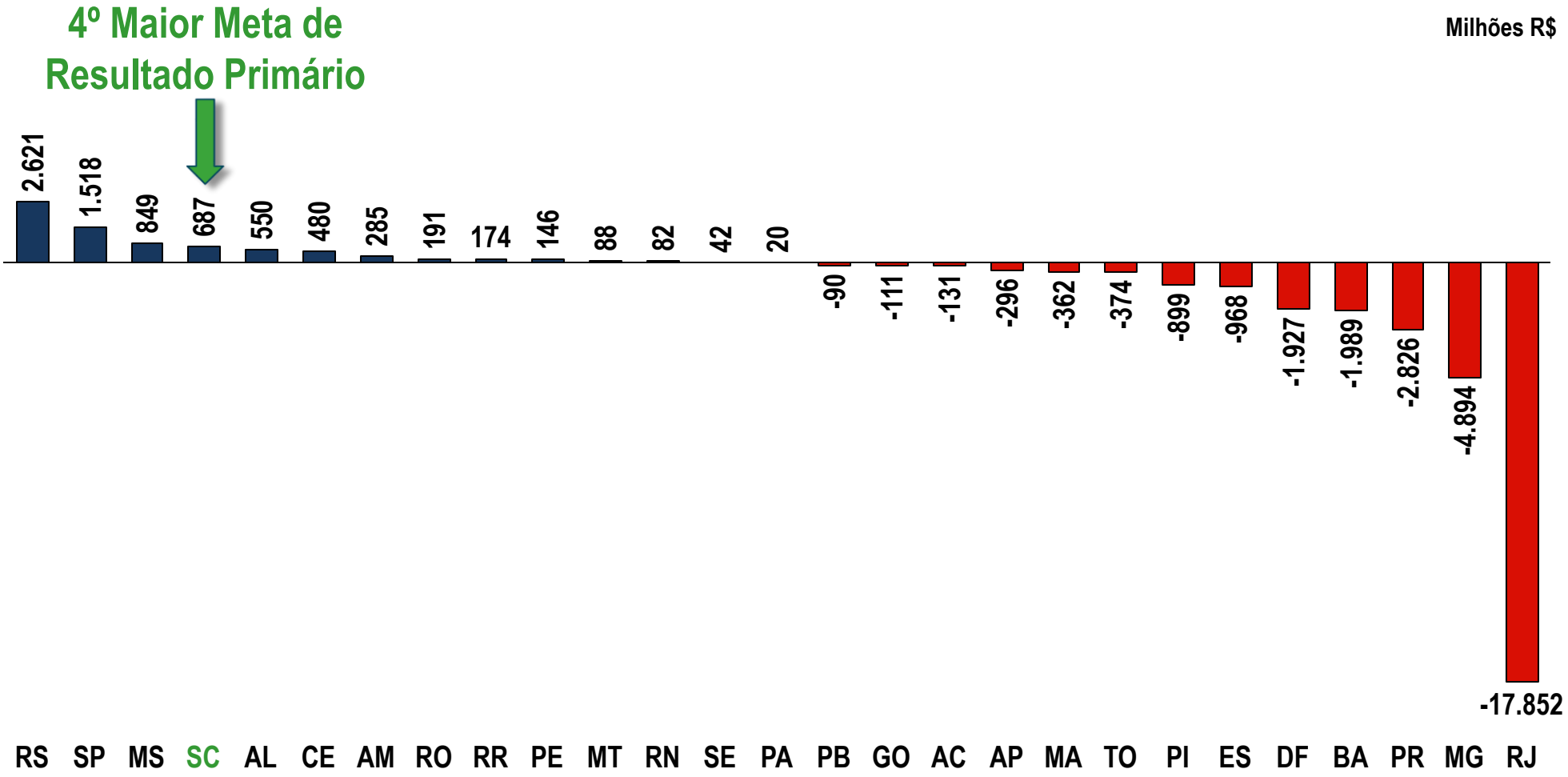
Resultado Primário

Milhões R$



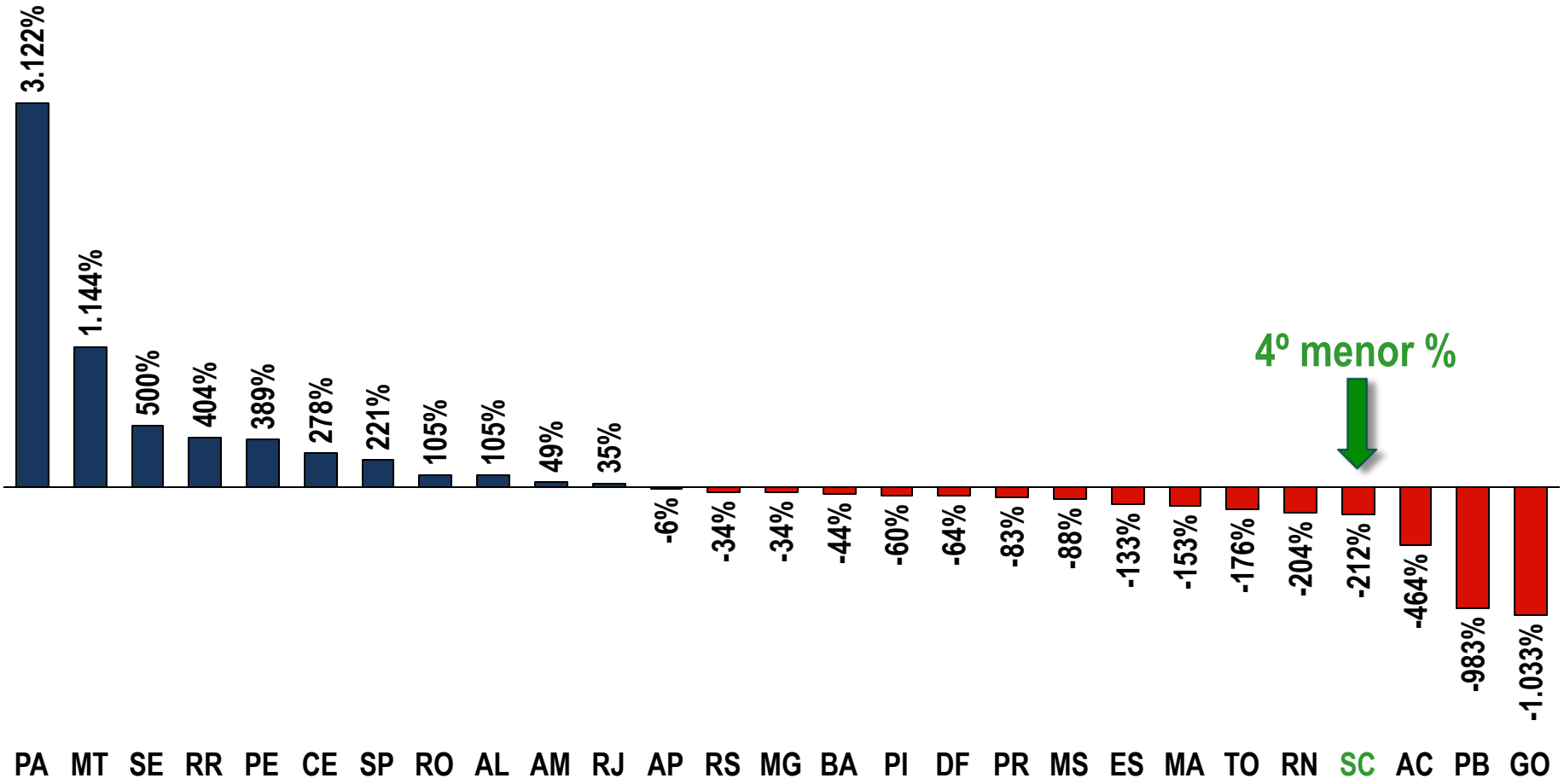
Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Metas do Resultado Primário

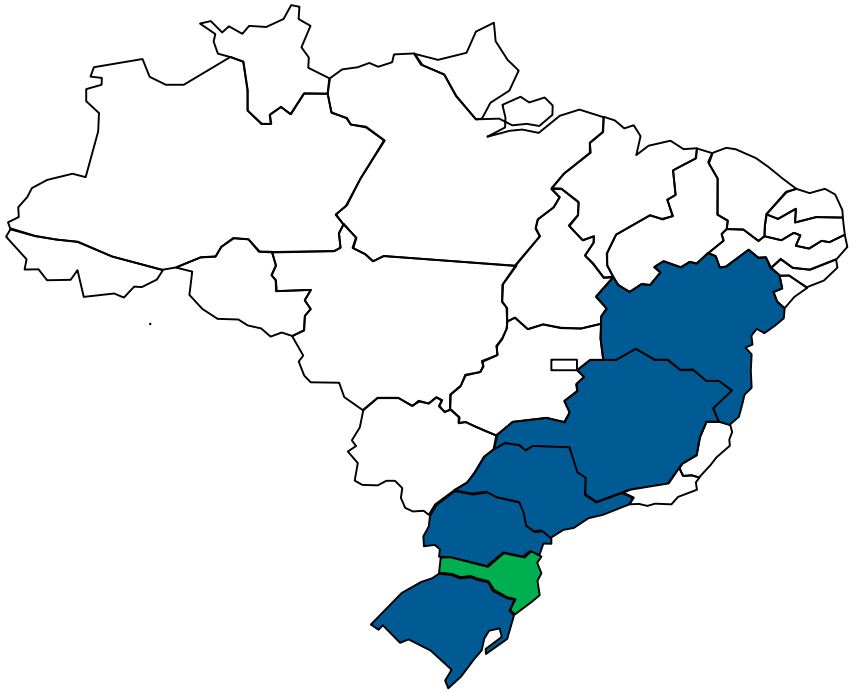


Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Cumprimento da Meta do Resultado Primário



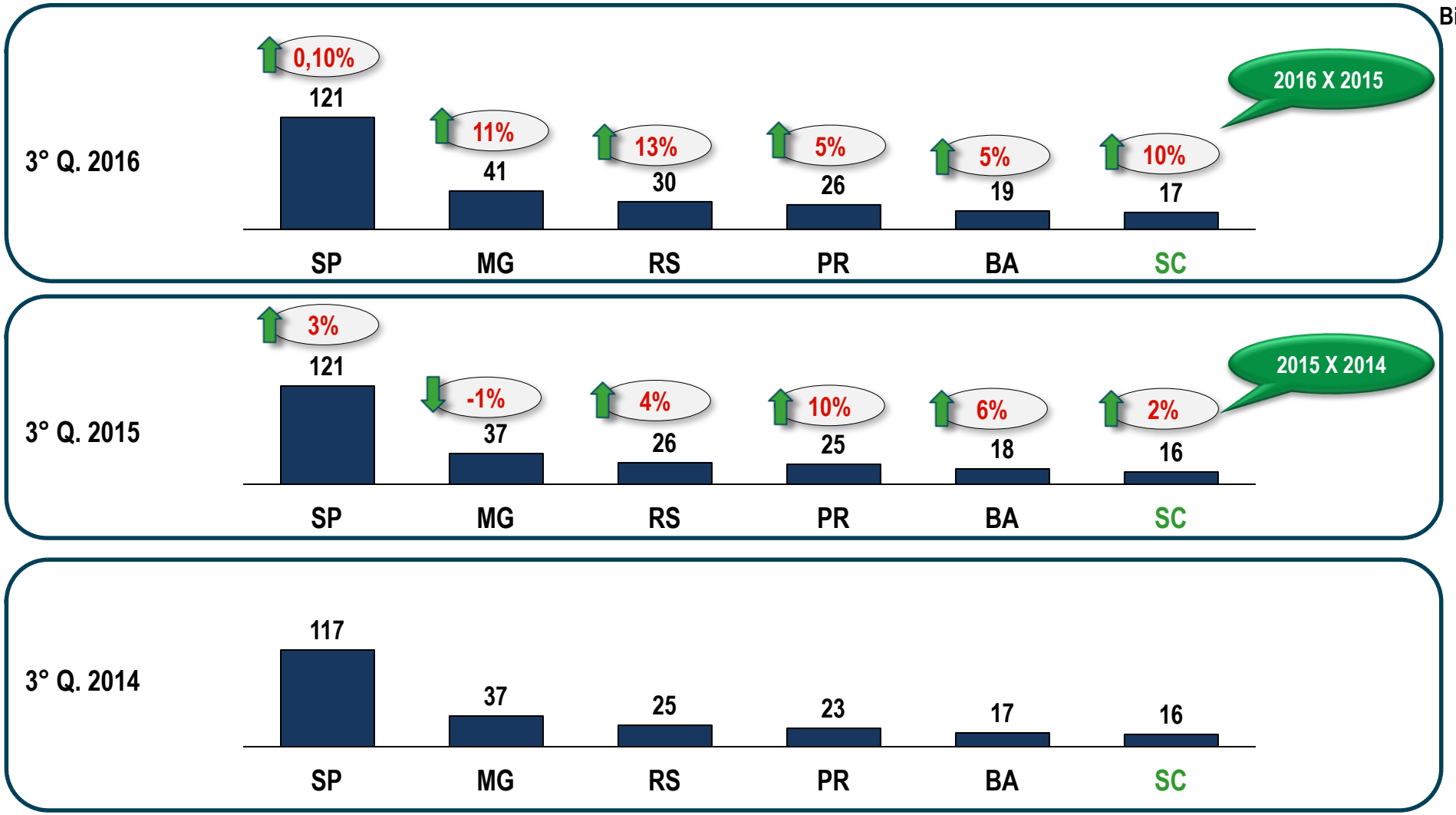
Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL



COMPARATIVOS ENTRE AS 6 MAIORES ECONOMIAS BRASILEIRAS

ICMS Bruto

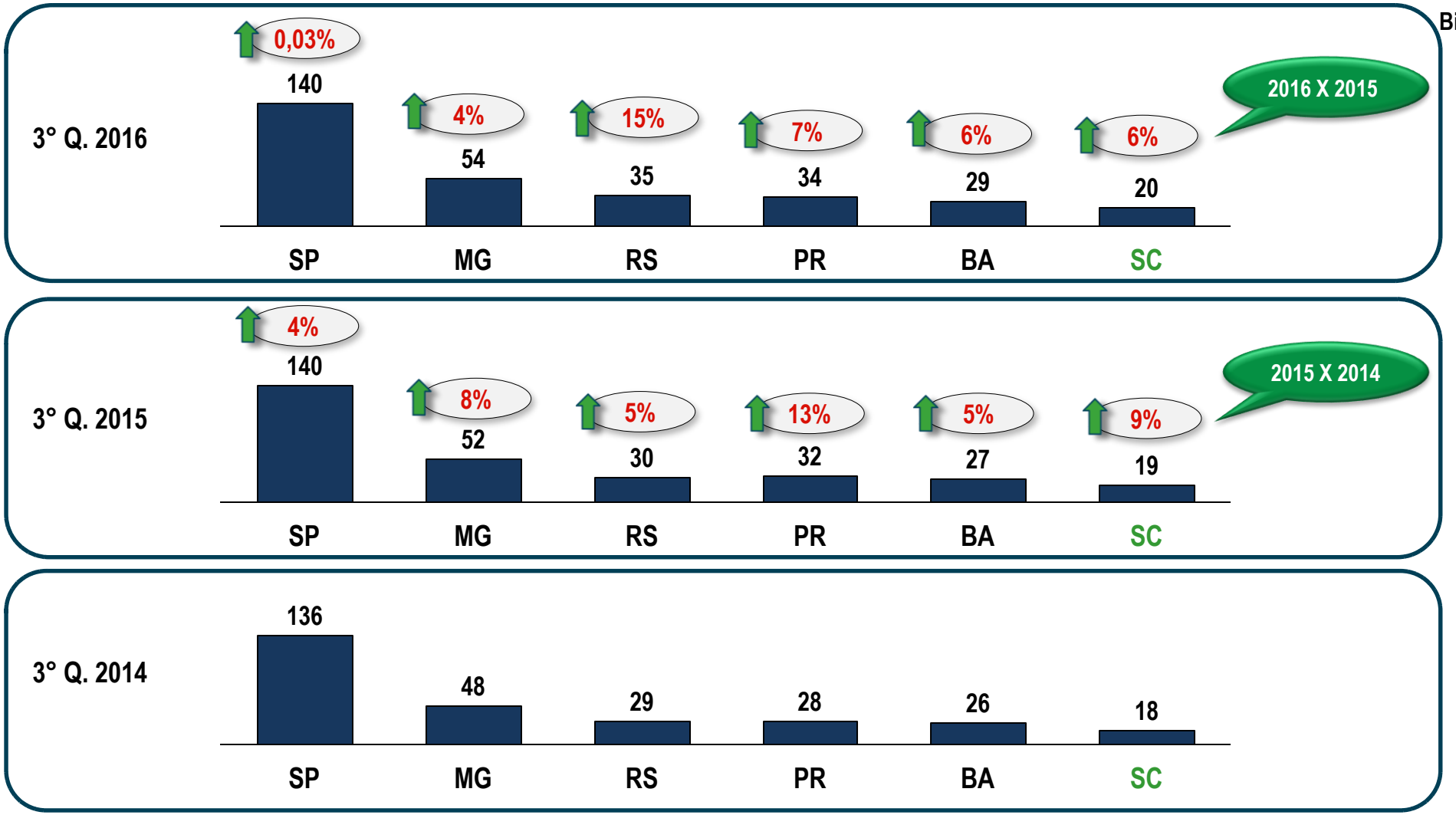
Bilhões R$



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Receita Corrente Líquida - RCL

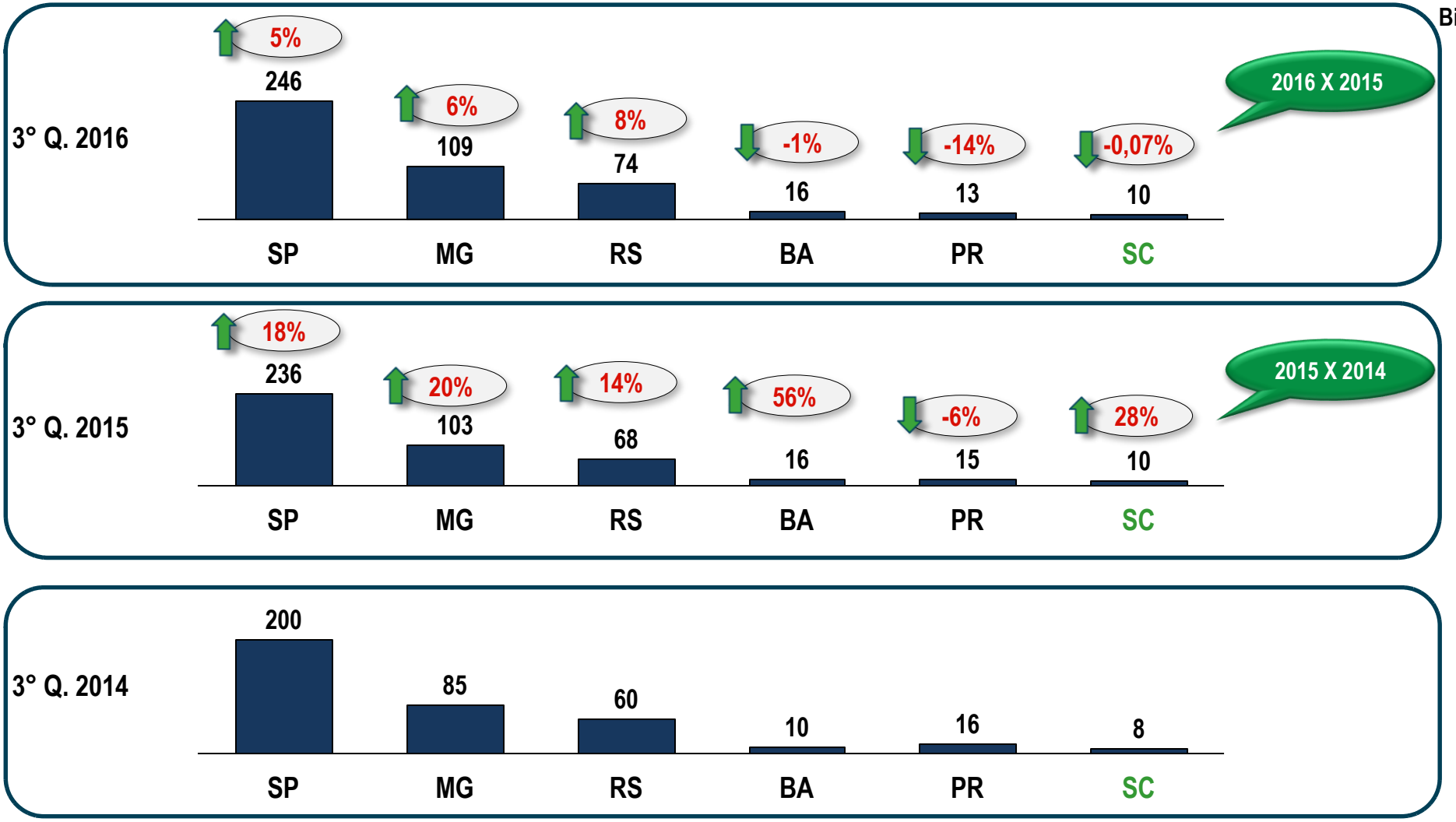
Bilhões R$



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

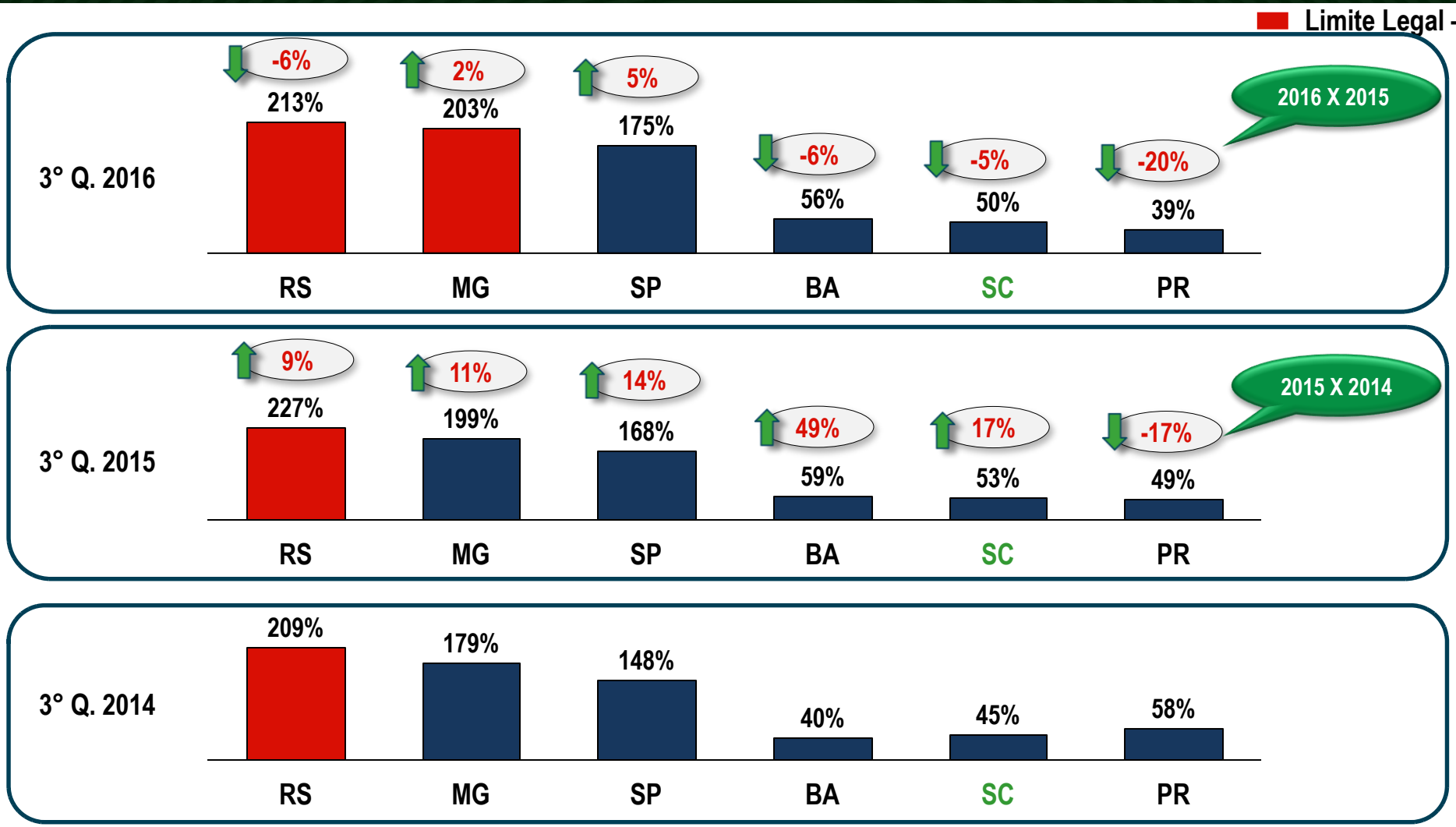
Dívida Consolidada Líquida

Bilhões R$



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

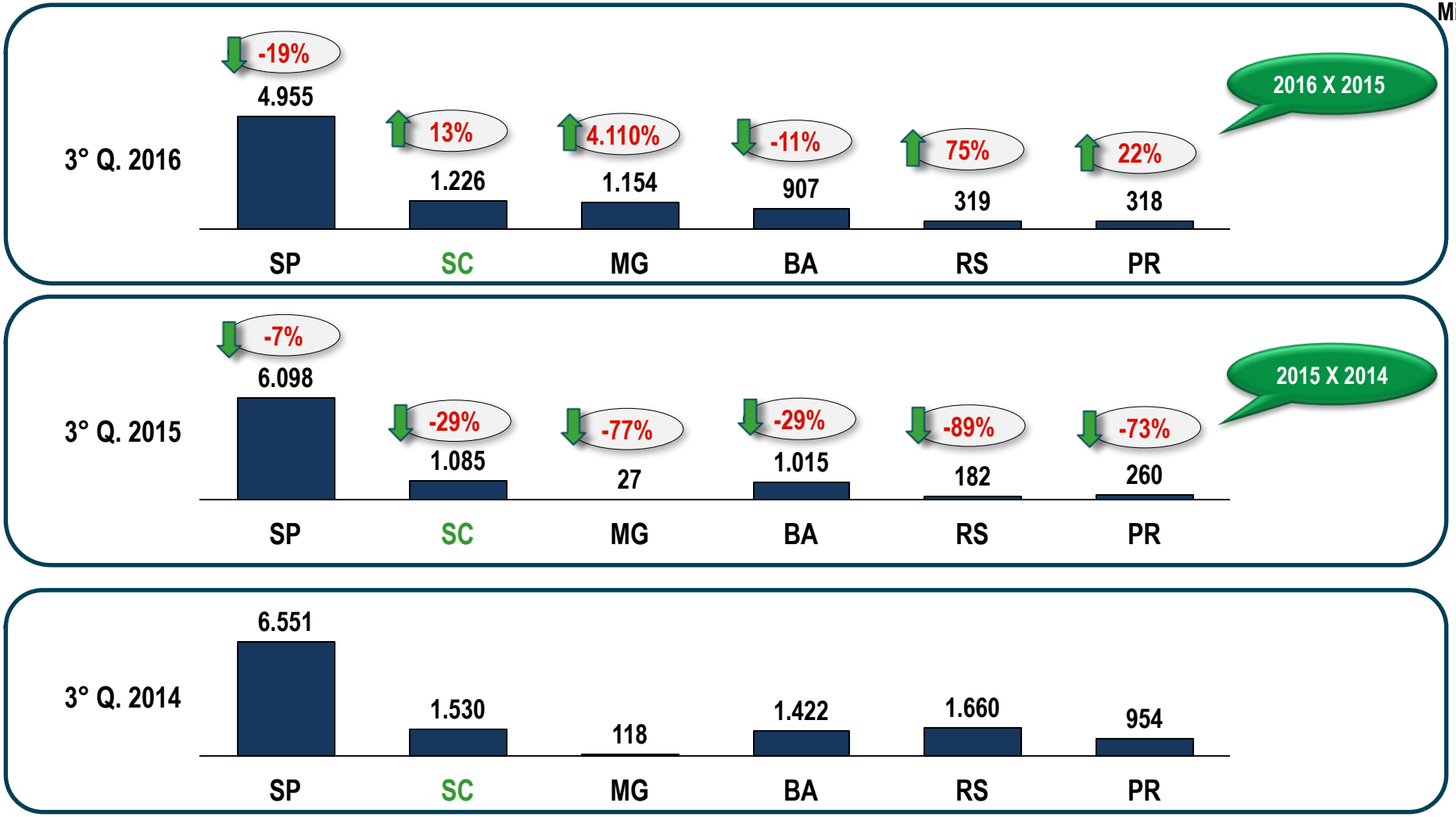
Dívida Consolidada Líquida X Receita Corrente Líquida



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Operações de Crédito

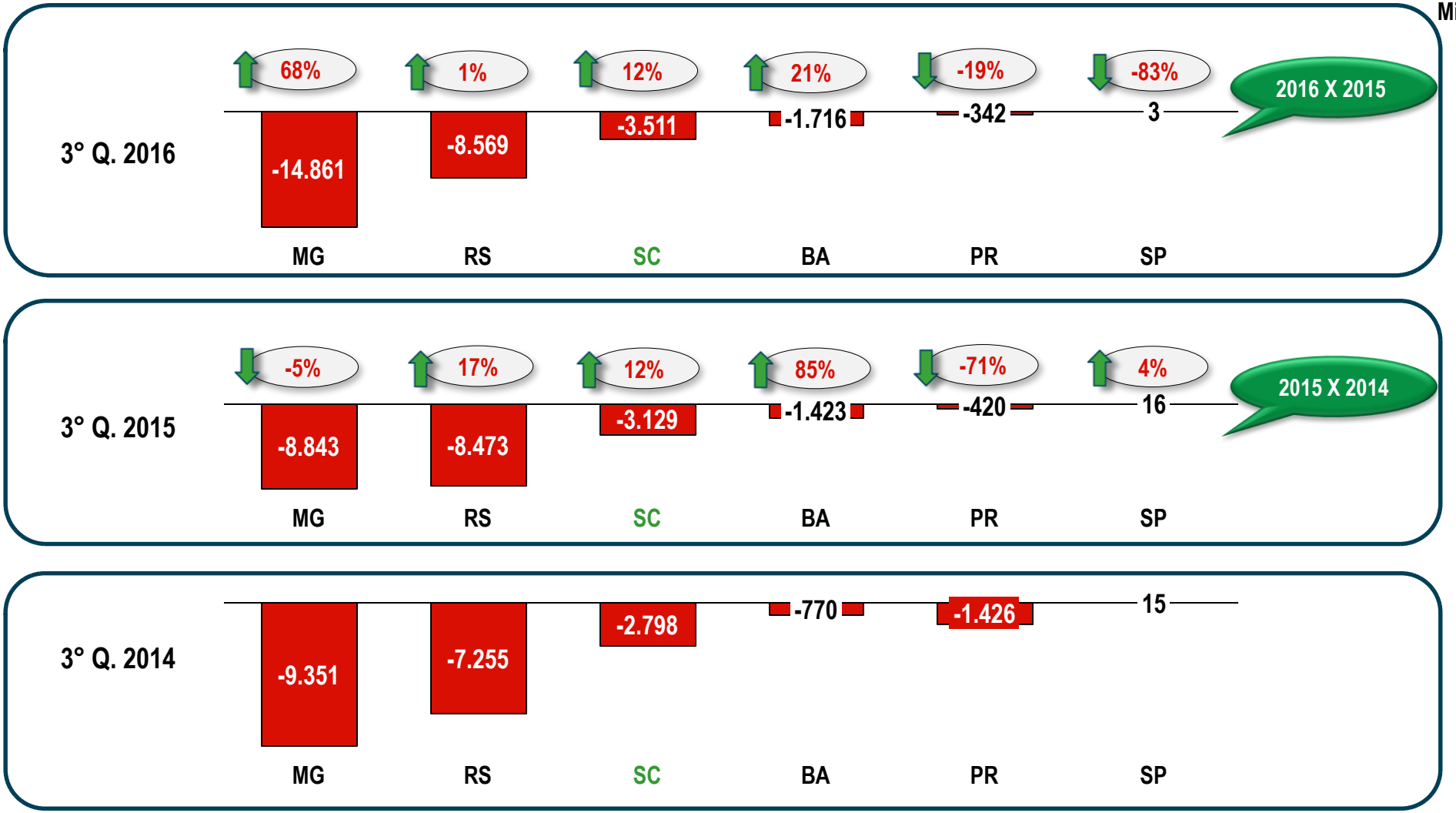
Milhões R$



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Resultado Previdenciário

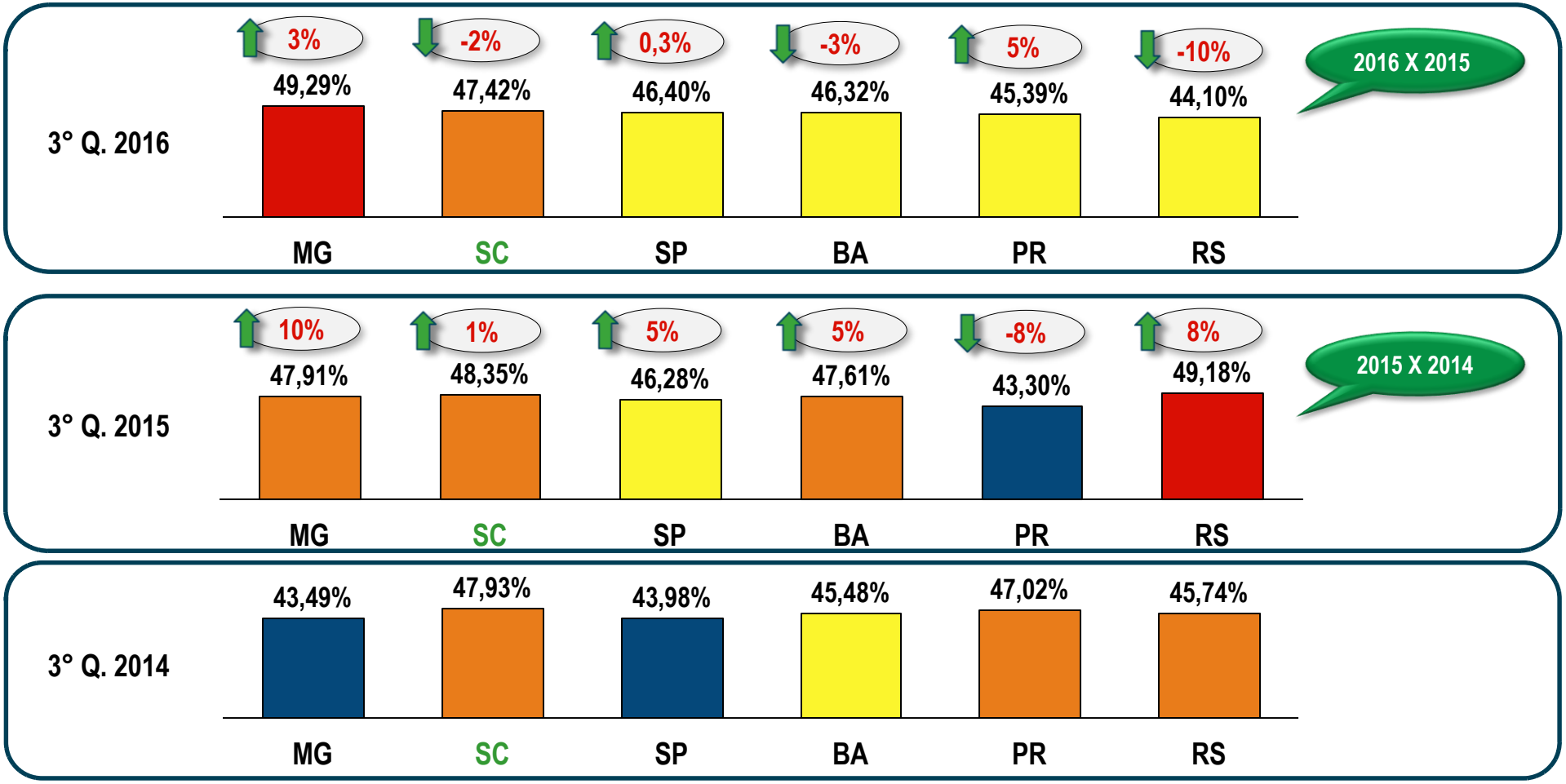
Milhões R$



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

% Gasto com Pessoal - Poder Executivo (LRF)

Limite Máximo Legal - 49,00% | Limite Prudencial - 46,55% | Limite de Alerta - 44,10%



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Resultado Nominal X Meta Resultado Nominal

Milhões R$

Estado	Meta do Resultado Nominal	Resultado Nominal	Cumprimento da Meta de Resultado Nominal
SP - dez/16	28	11.007	39.154%
SP - dez/15	26.623	36.275	36%
SP - dez/14	48.753	17.587	-64%
SC - dez/16	-131	-284	117%
SC - dez/15	5.466	2.018	-63%
SC - dez/14	-35	516	-1579%
RS - dez/16	3.527	5.311	51%
RS - dez/15	4.129	8.546	107%
RS - dez/14	4.760	4.899	3%
MG - dez/16	4.772	6.640	39%
MG - dez15	11.165	17.693	58%
MG - dez/14	11.530	6.144	-47%
BA - dez/16	-1.434	351	-124%
BA - dez/15	-107	4.765	-4.547%
BA - dez/14	1.304	-546	-142%
PR - dez/16	1.303	-2.844	-318%
PR - dez/15	1.276	-1.074	-184%
PR - dez/14	986	1.033	5%

Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Resultado Primário X Meta Resultado Primário

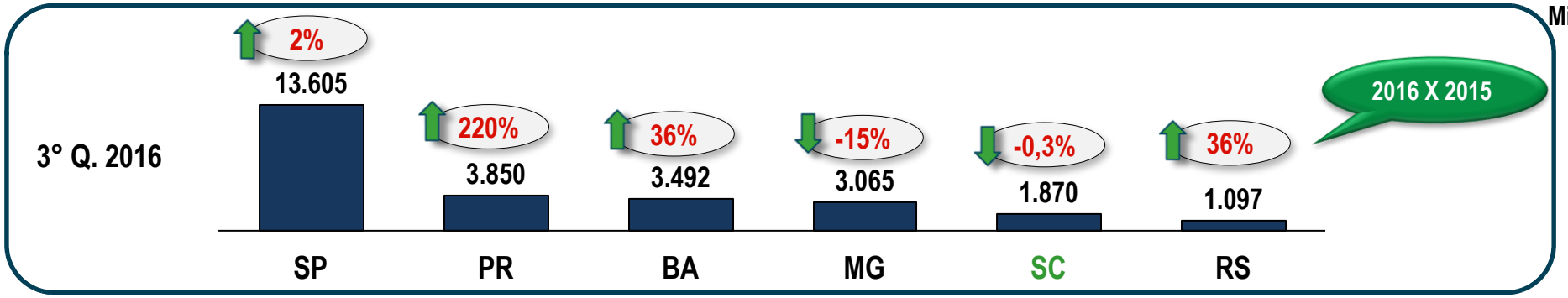
Milhões R$

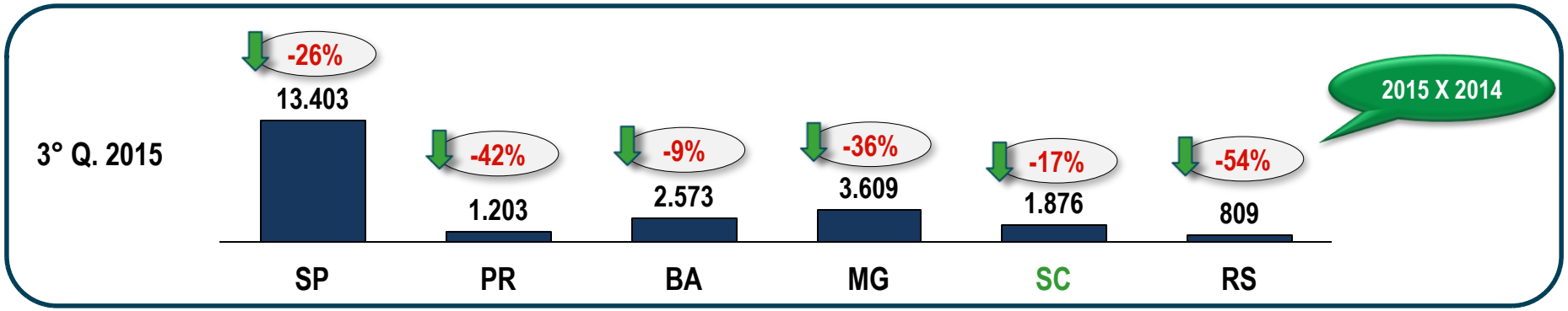
Estado	Meta do Resultado Primário	Resultado Primário	Cumprimento da Meta de Resultado Primário
SP - dez/16	1.518	4.867	221%
SP - dez/15	1.213	7.566	524%
SP - dez/14	3.493	4.589	31%
RS - dez/16	2.621	1.777	-34%
RS - dez/15	1.807	-825	-198%
RS - dez/14	1.419	-542	-138%
MG - dez/16	-4.894	-3.249	-34%
MG - dez/15	883	-3.244	-467%
MG - dez/14	1.860	1.031	-45%
BA - dez/16	-1.989	-1.118	-44%
BA - dez/15	-1.254	-570	-55%
BA - dez/14	-686	1.128	-264%
PR - dez/16	-2.826	-481	-83%
PR - dez/15	-570	1.902	-434%
PR - dez/14	2.340	-934	-140%
SC - dez/16	687	770	-212%
SC - dez/15	826	-330	-140%
SC - dez/14	498	-654	-231%

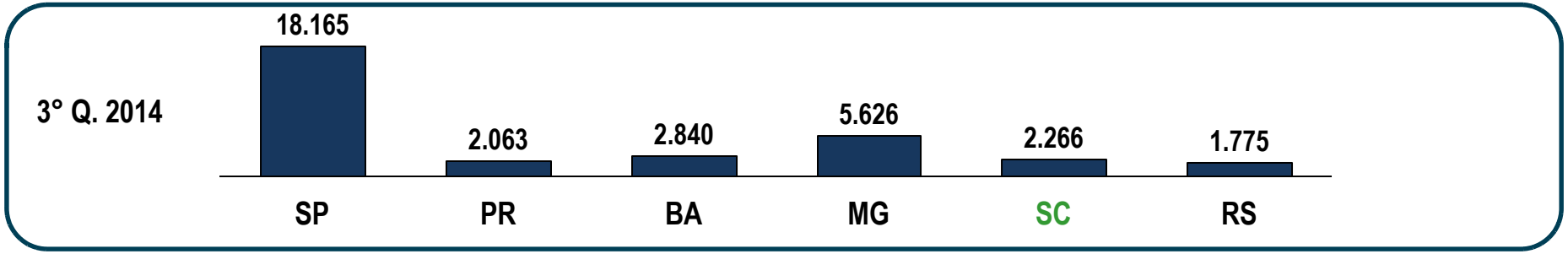
Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Investimentos

Milhões R$



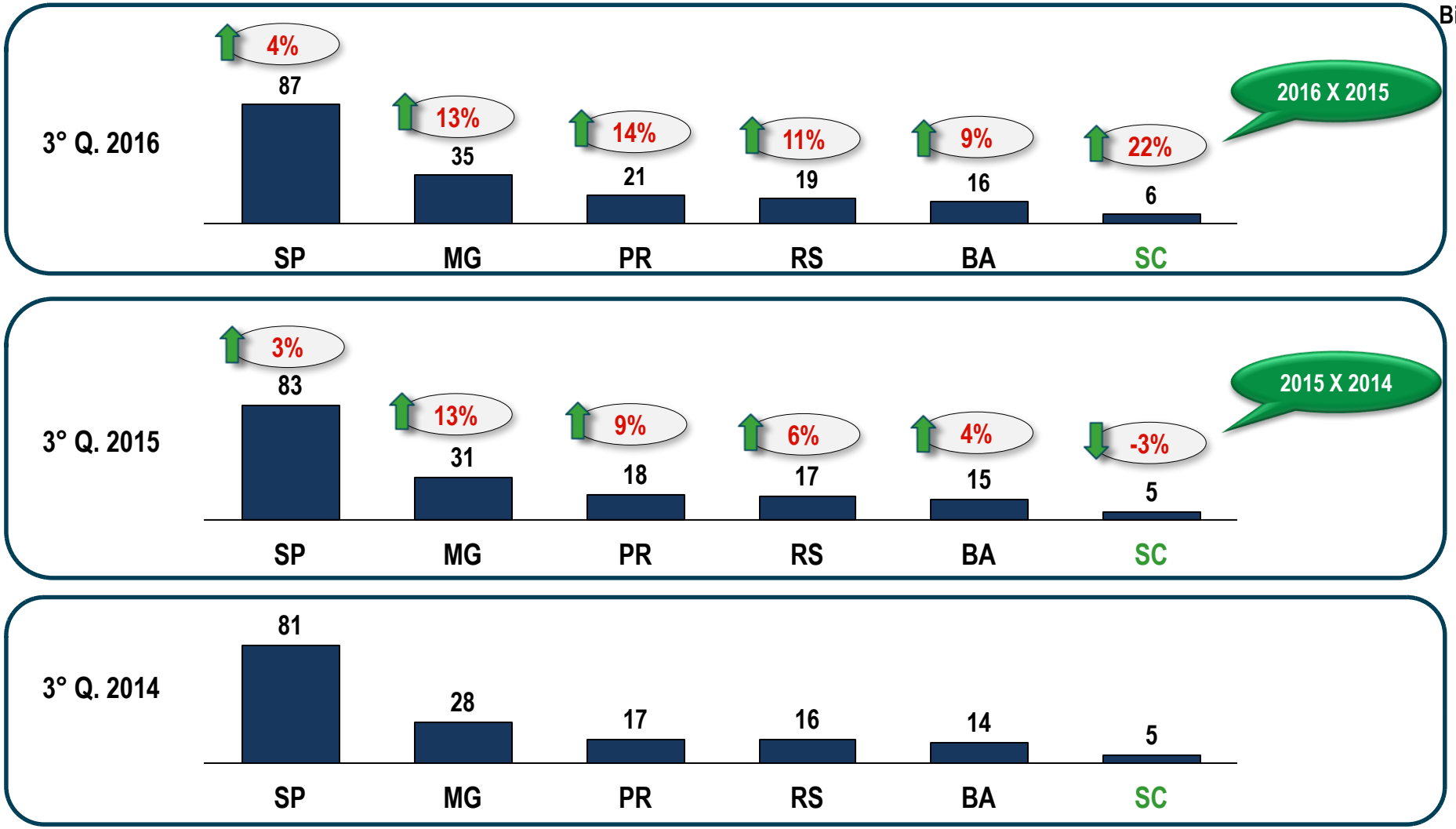




Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

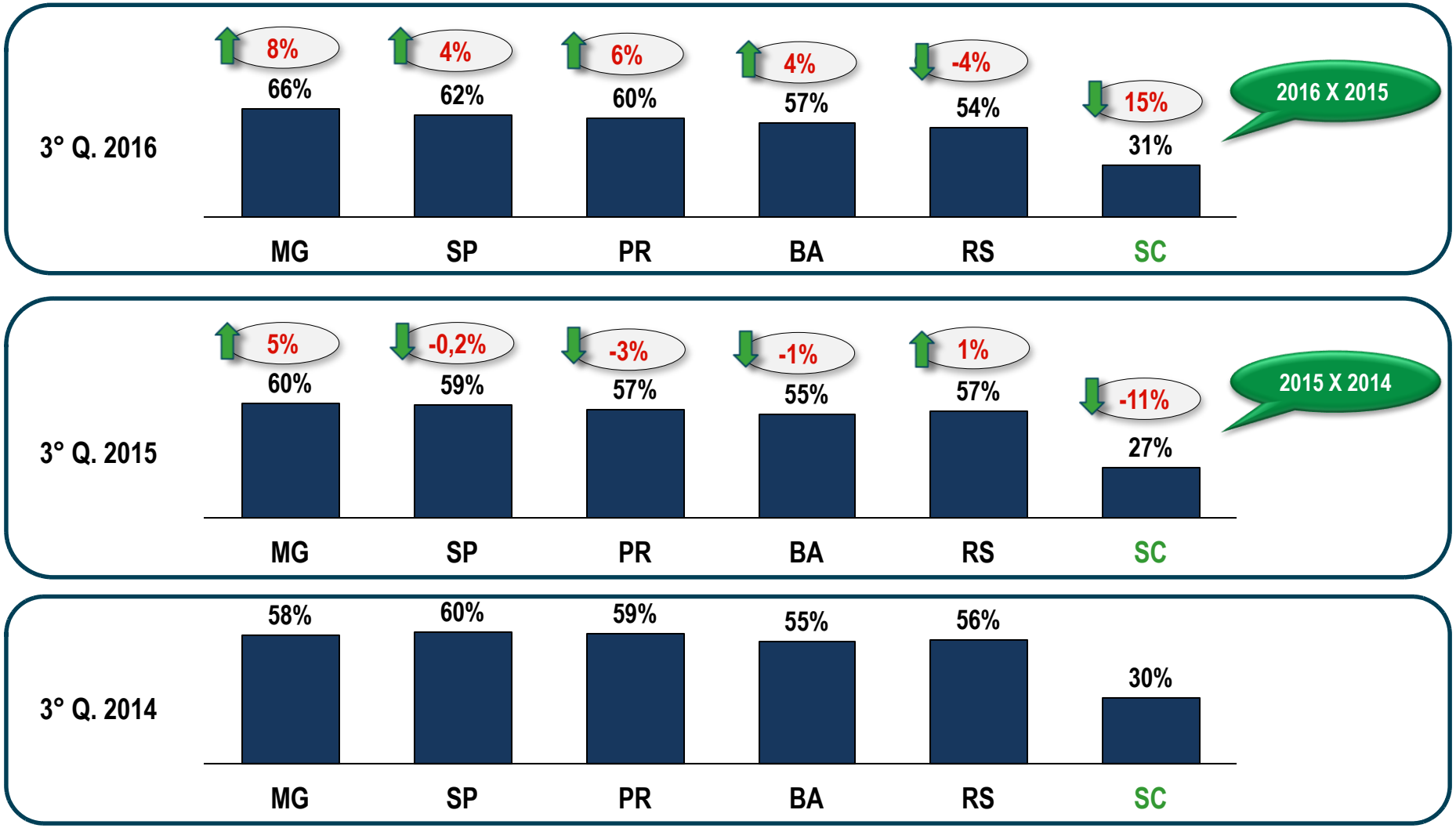
Custeio

Bilhões R$



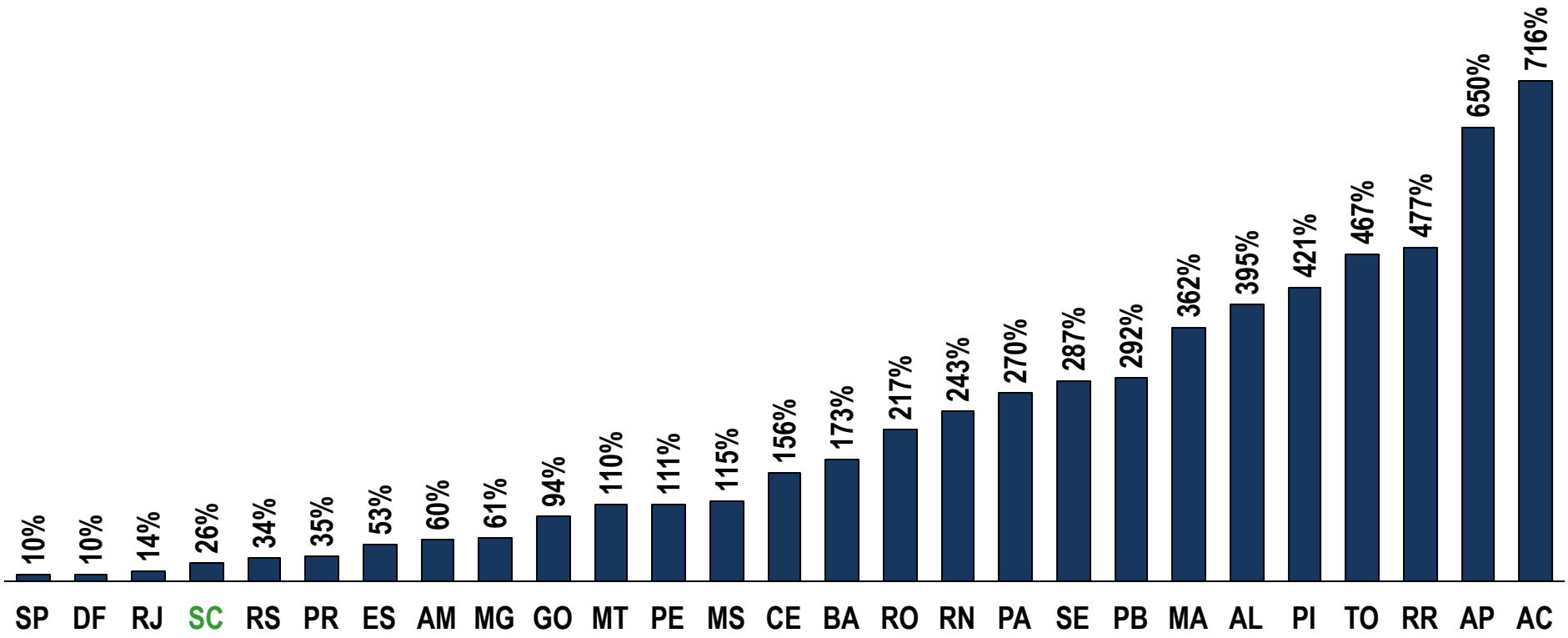
Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Custeio X Receita Corrente Líquida



Fonte: SICONFI – GOVERNO FEDERAL

Arrecadação X Retorno dos Tributos



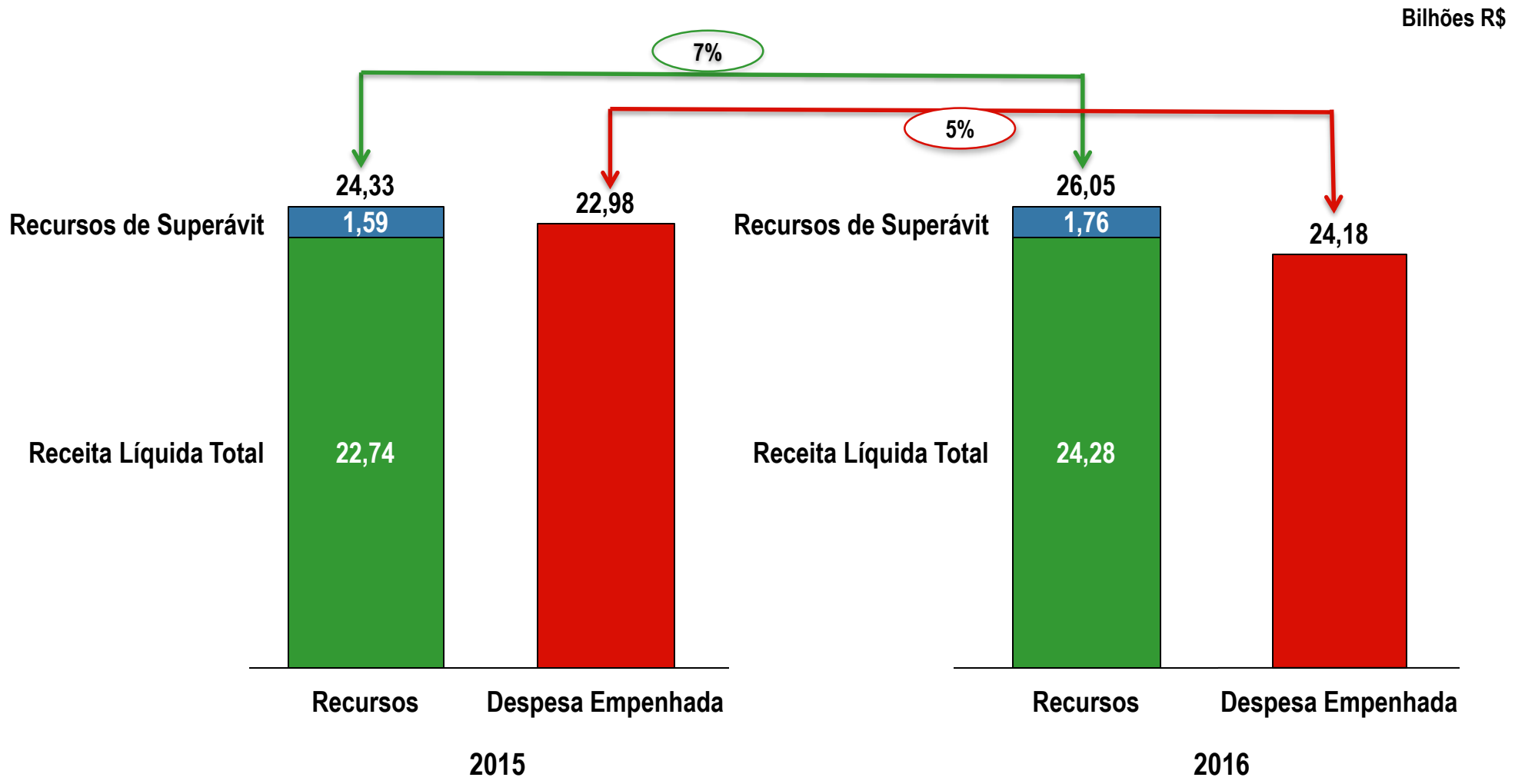
Fonte: Receita Federal do Brasil/Portal da Transparência Governo Federal

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Fazenda

Resultado da Execução Orçamentária

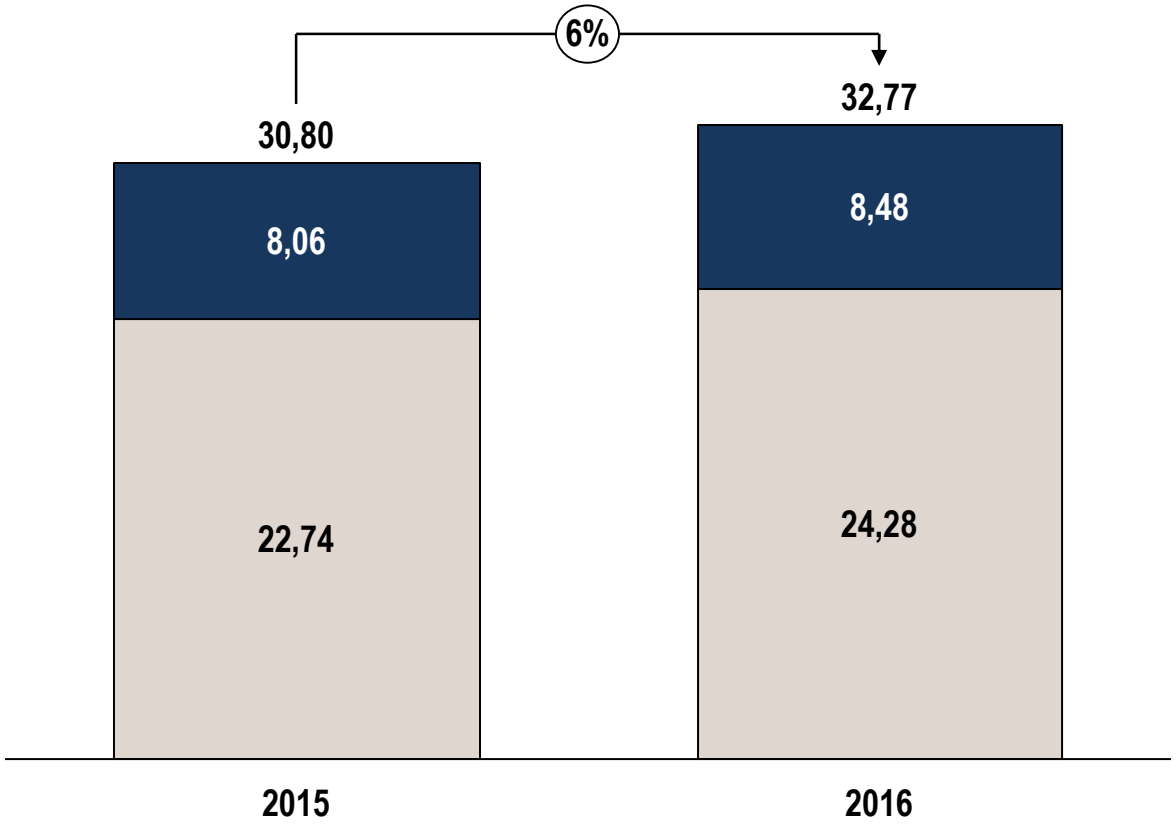
Consolidado



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Receita Total

Bilhões R$



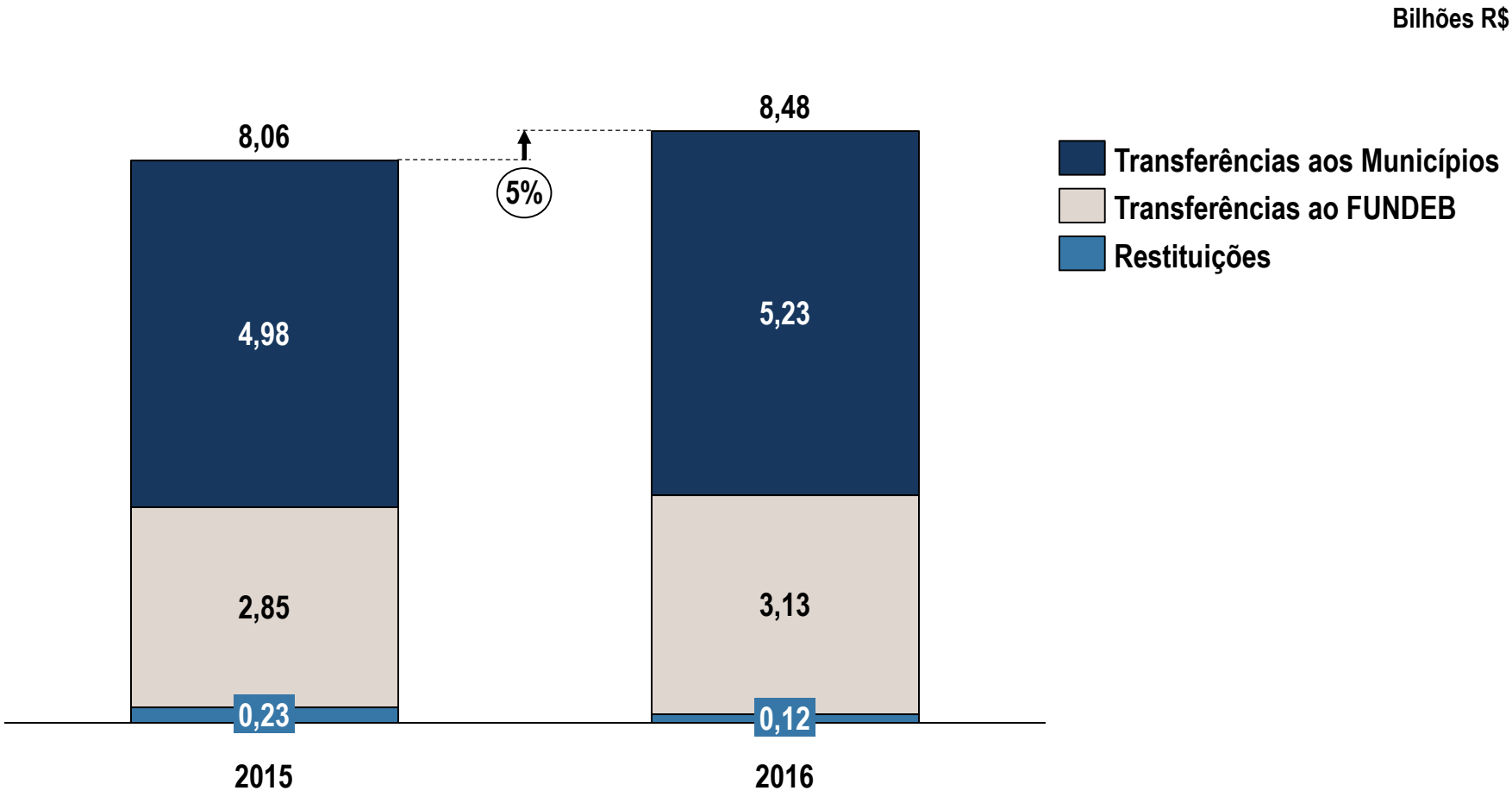
1 - Arrecadação Bruta
2 - Deduções da Receita*
3 - Arrecadação Líquida (Disponível) = (1 - 2)

Inflação IPCA Dezembro-2016
6,29%

* Consideram-se deduções da receita os repasses constitucionais e legais aos municípios, os repasses ao FUNDEB e as restituições aos contribuintes.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Deduções da Receita Total

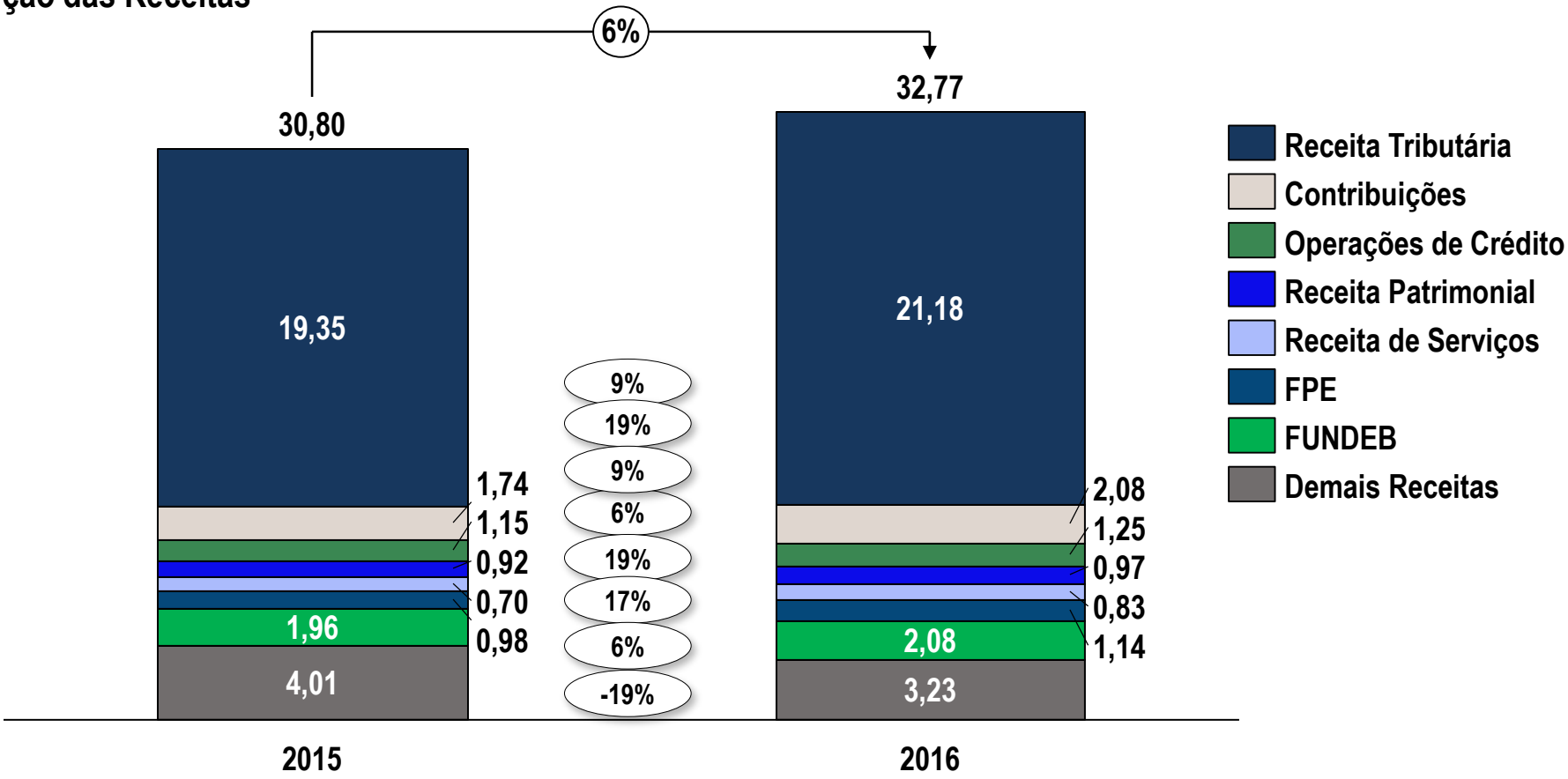


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Arrecadação Bruta Total do Estado

Bilhões R$

Composição das Receitas

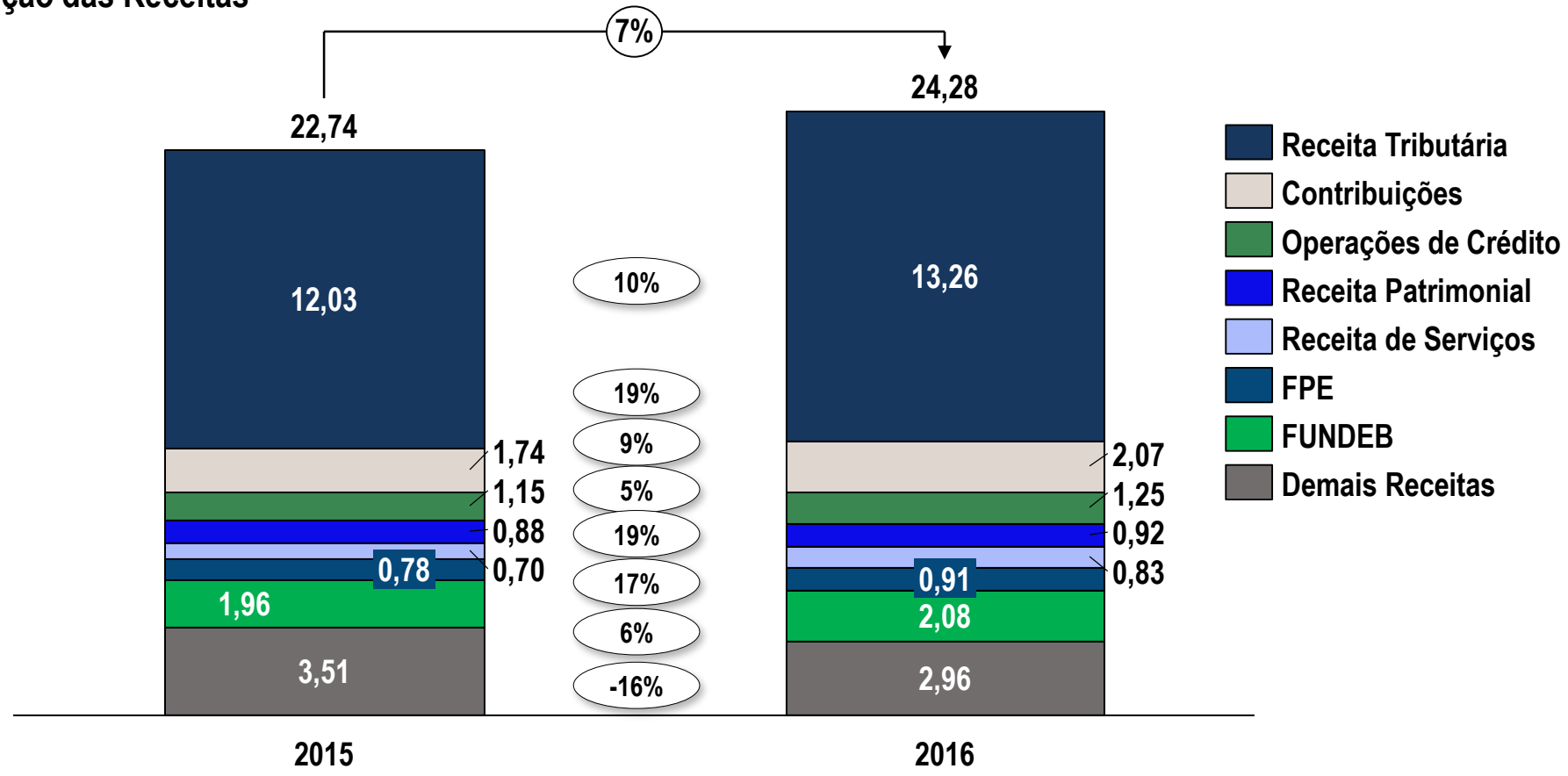


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Arrecadação Líquida Total do Estado

Bilhões R$

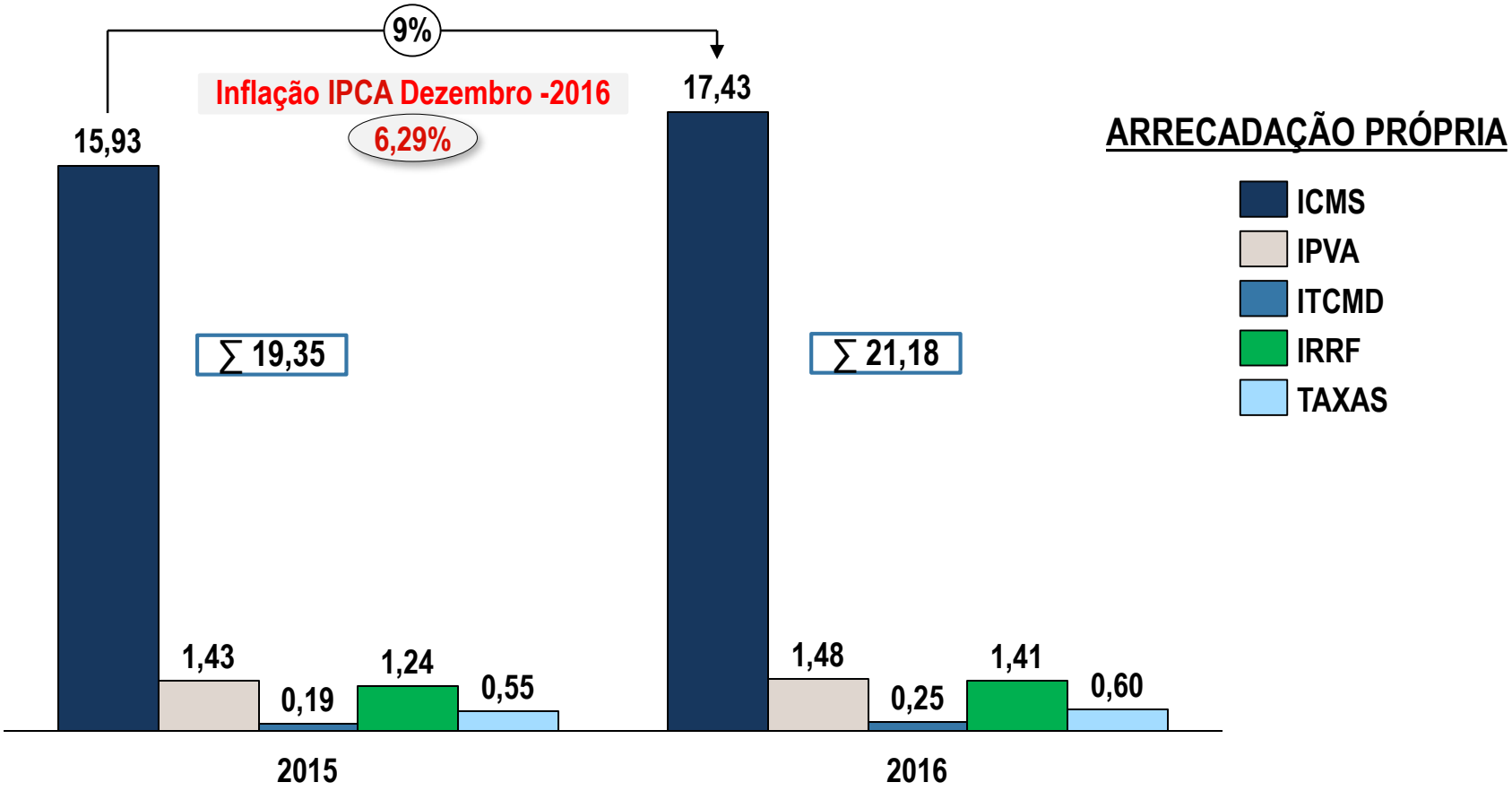
Composição das Receitas



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Arrecadação Tributária Bruta*

Bilhões R$

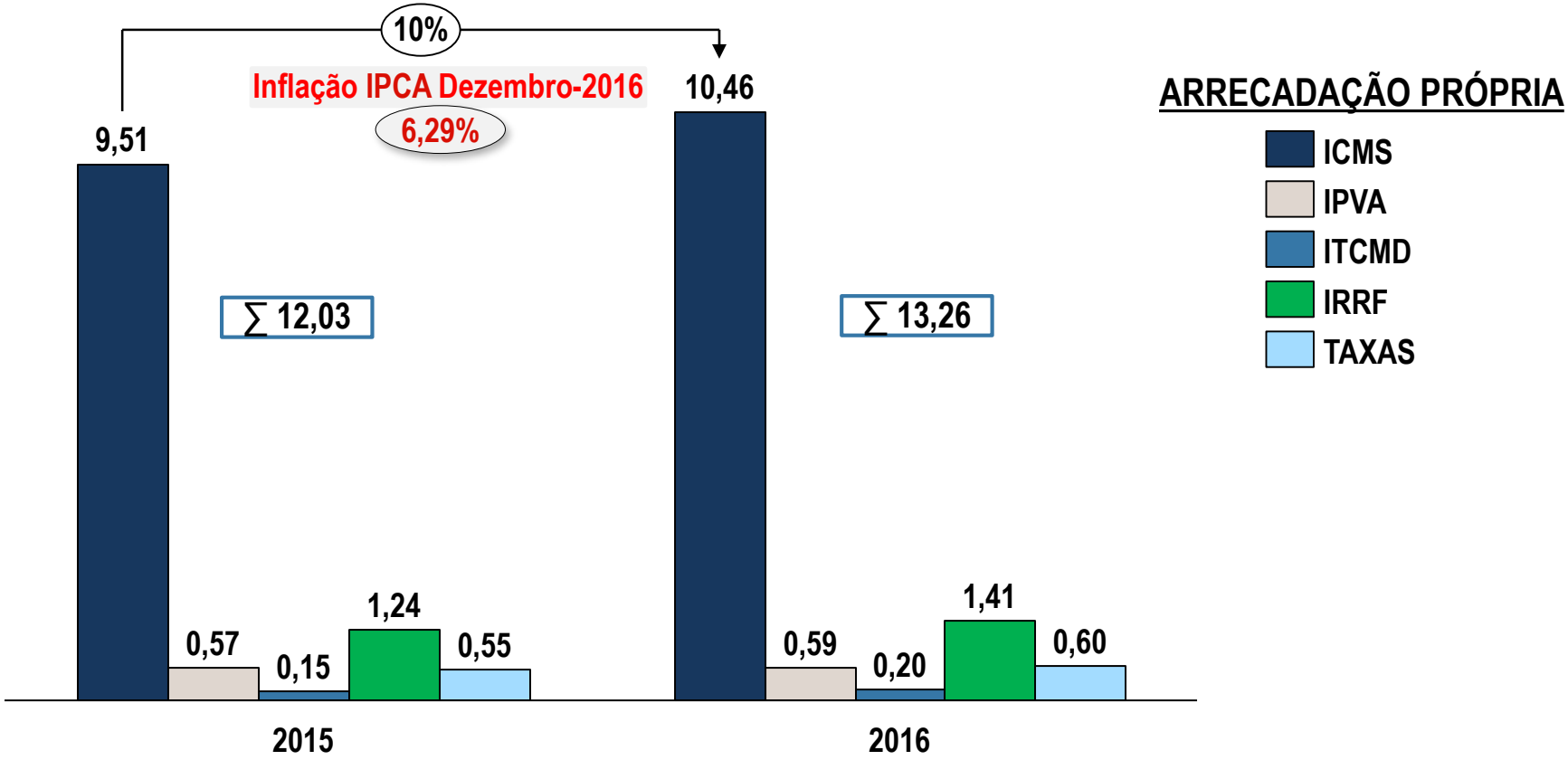


1) Não inclui multas, juros e dívida ativa.
2) Incluídas as receitas de natureza tributária arrecadadas pelo Fundo Social e Seitec.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Arrecadação Tributária Líquida*

Bilhões R$

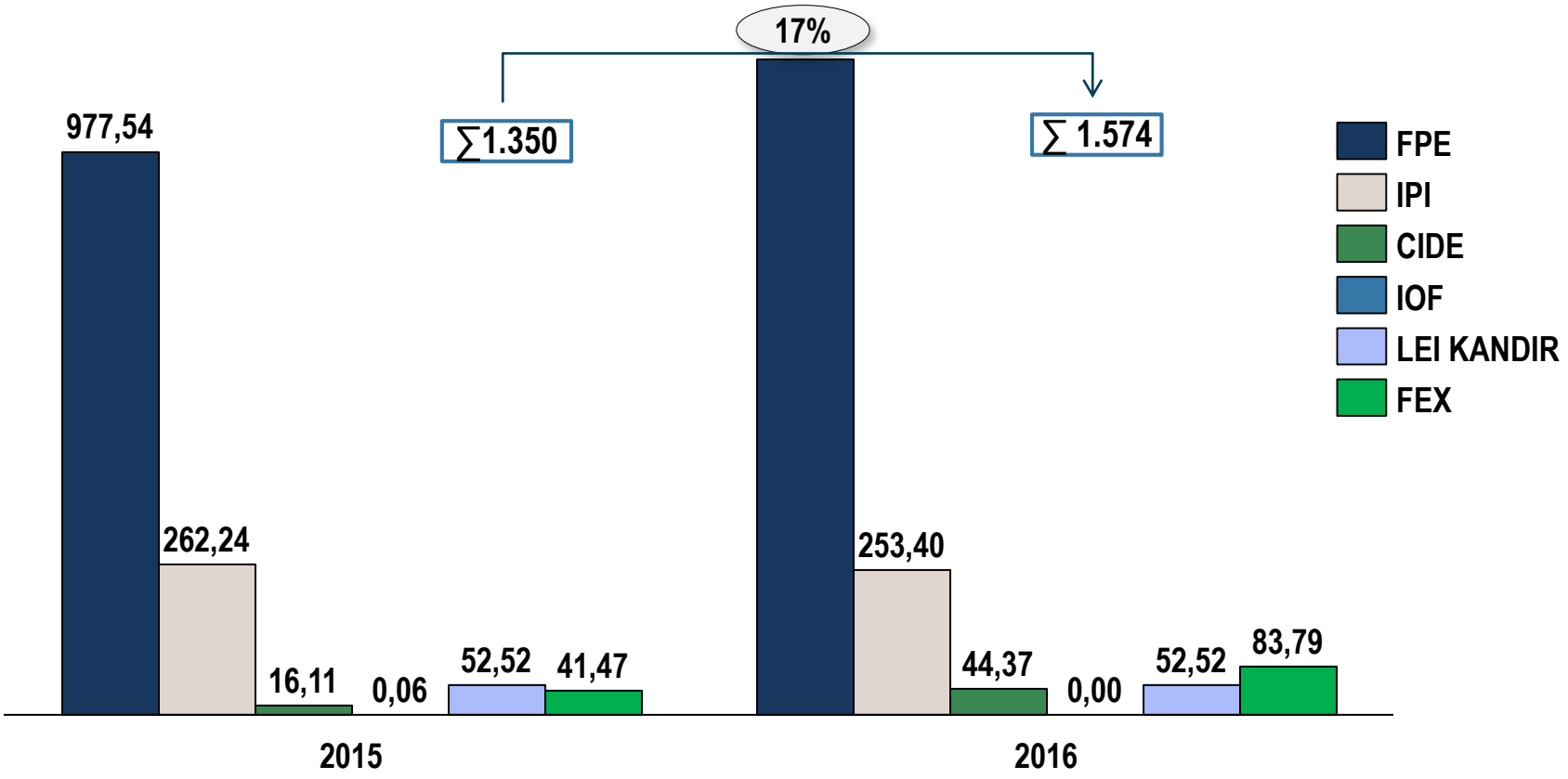


1) Não inclui multas, juros e dívida ativa.
2) Incluídas as receitas de natureza tributária arrecadadas pelo Fundo Social e Seitec.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Repasses da União

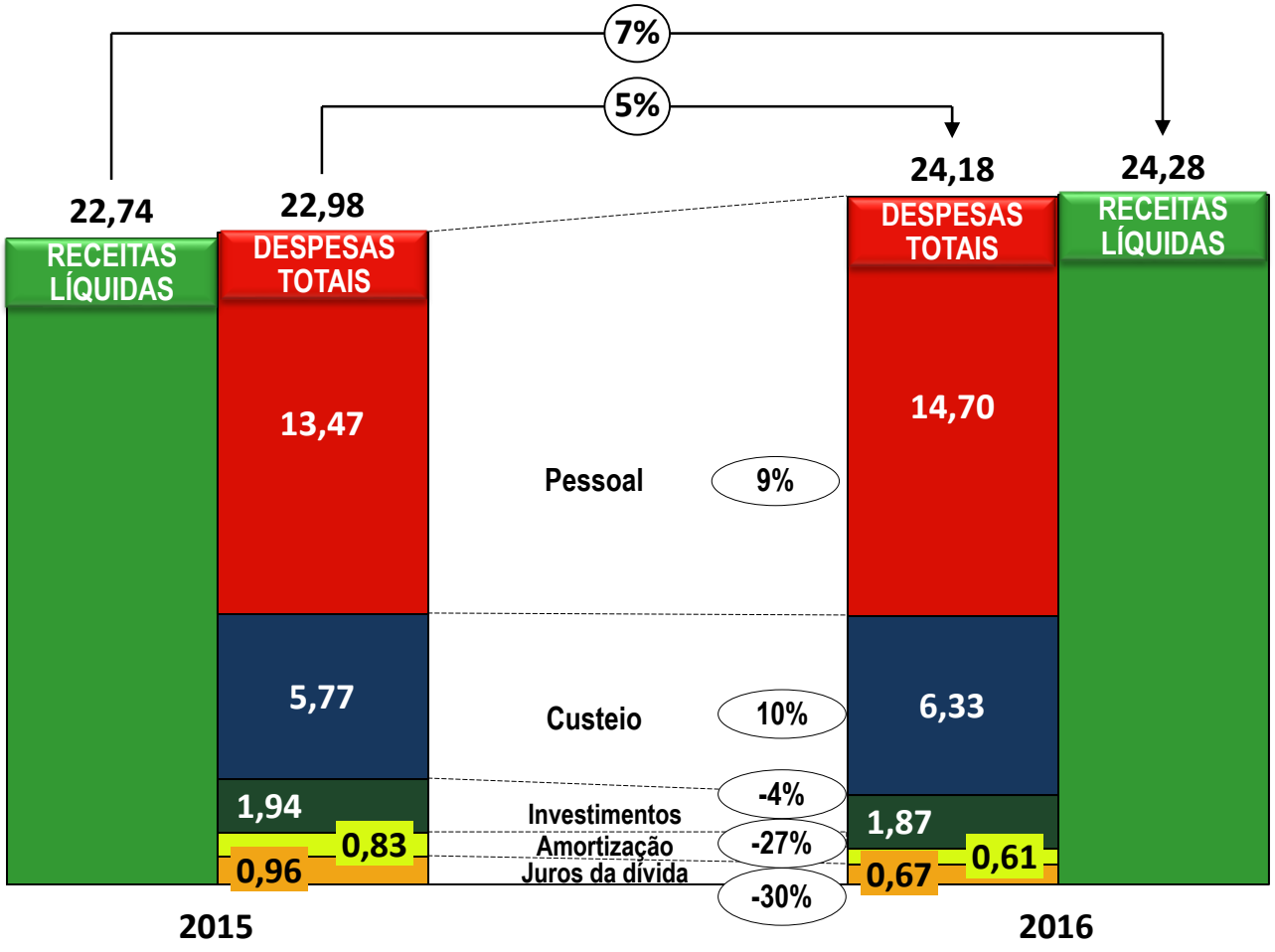
Milhões R$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Resultado da Execução Orçamentária*

Bilhões R$



Resultado Orçamentário DÉFICIT = R$ 238 Mi

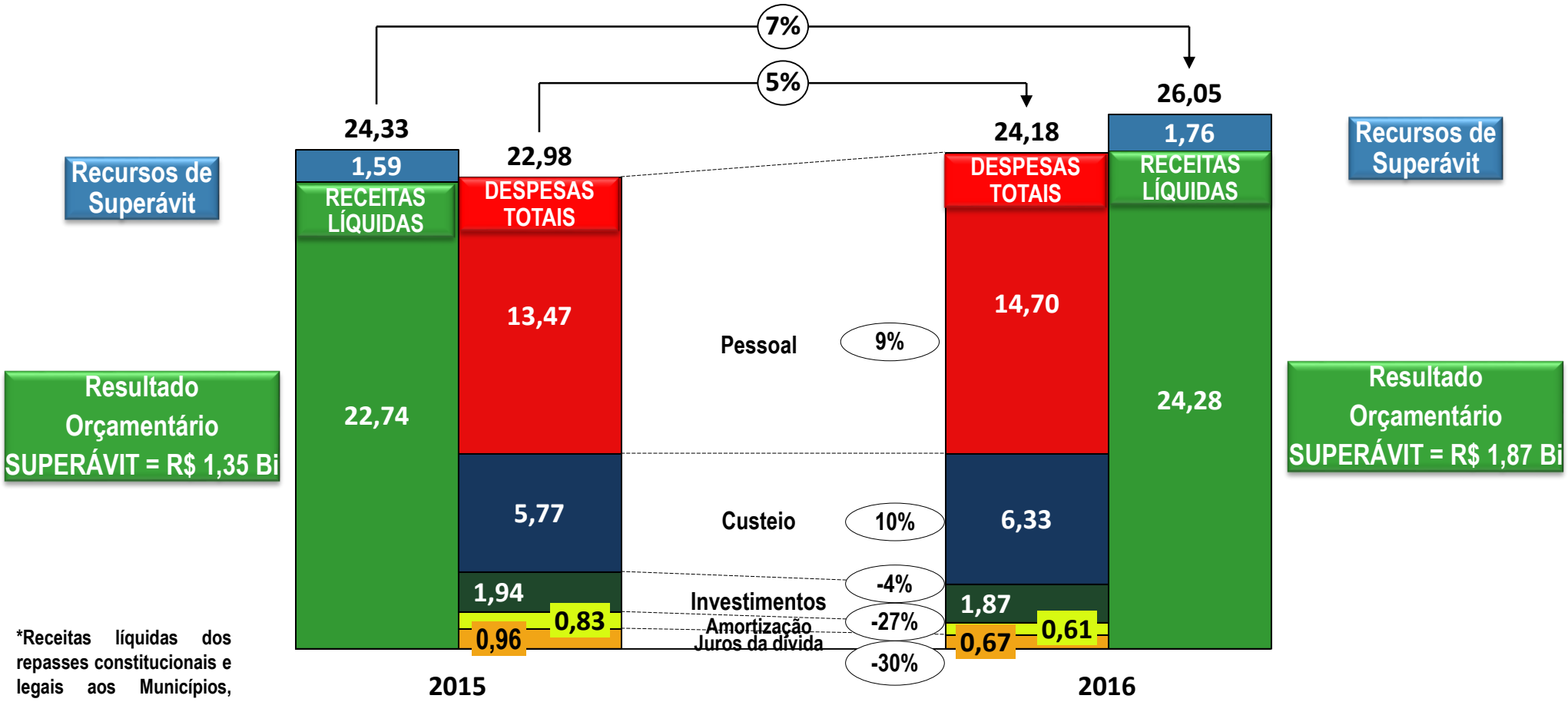
Resultado Orçamentário SUPERÁVIT = R$ 105 Mi

*Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos Municípios, FUNDEB e Restituições.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Resultado da Execução Orçamentária*

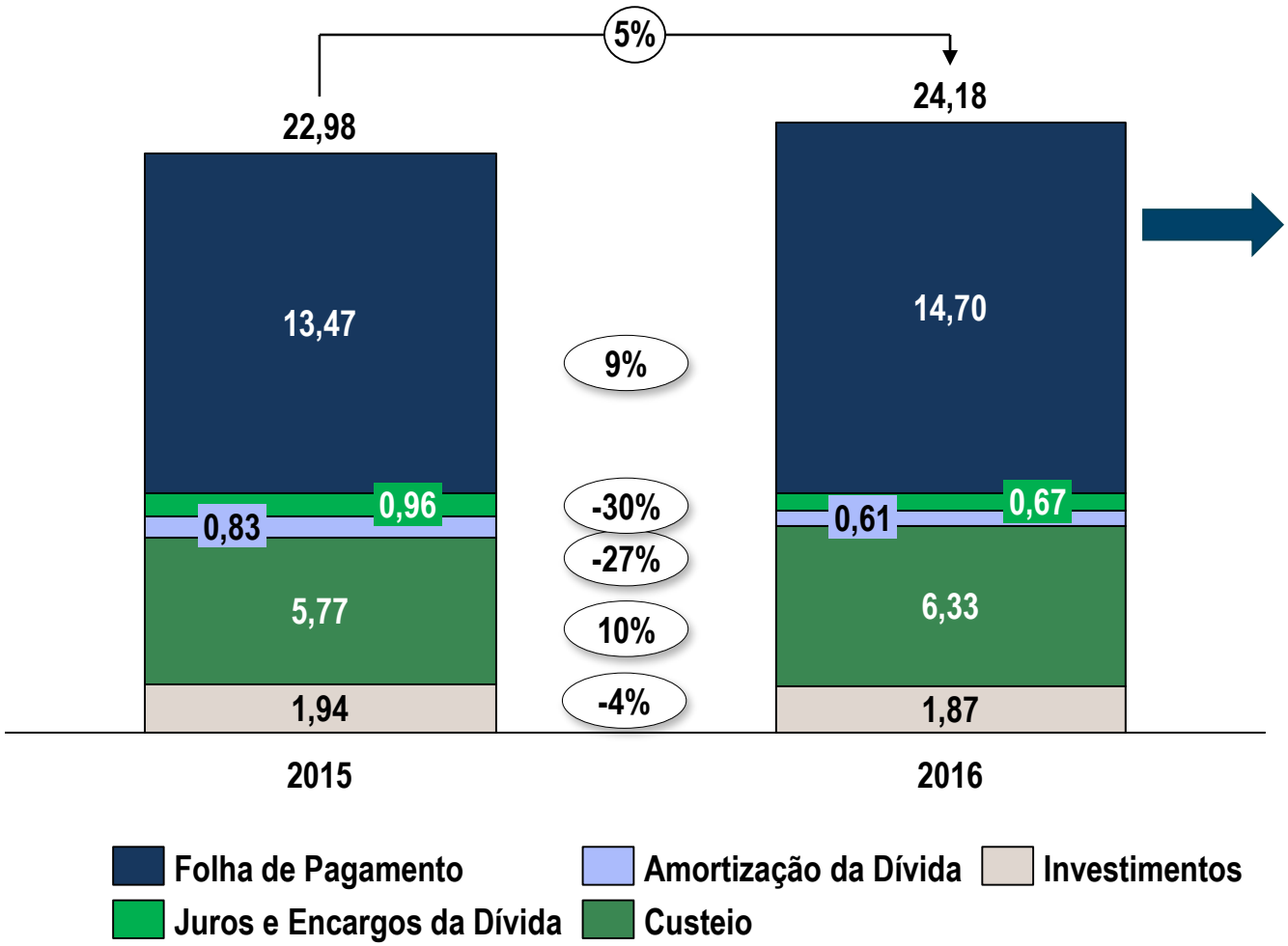
Bilhões R$

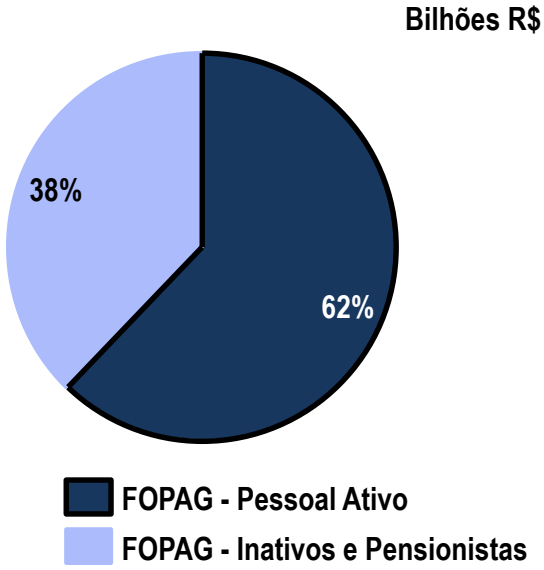


*Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos Municípios, FUNDEB e Restituições.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Despesas por Grupo

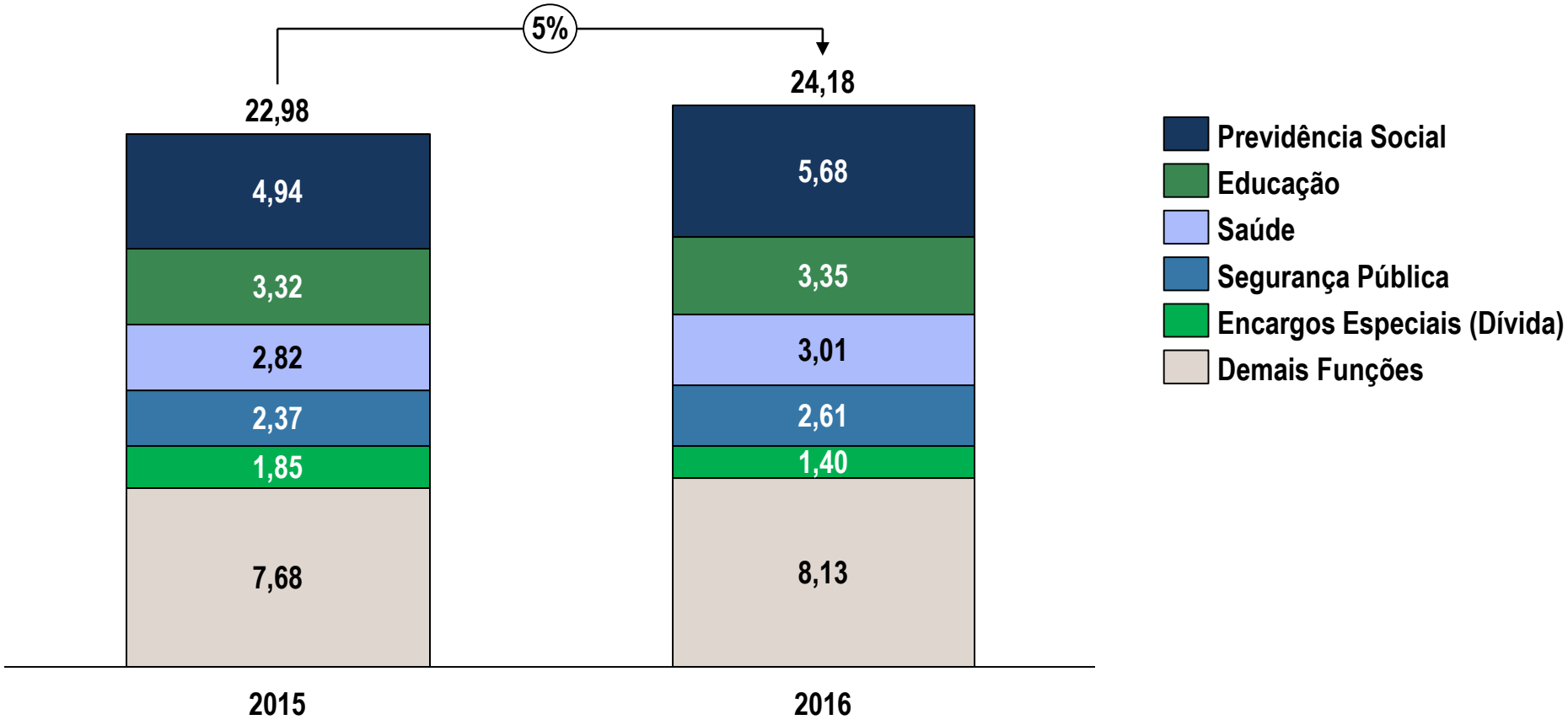




Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Despesas por Área de Governo

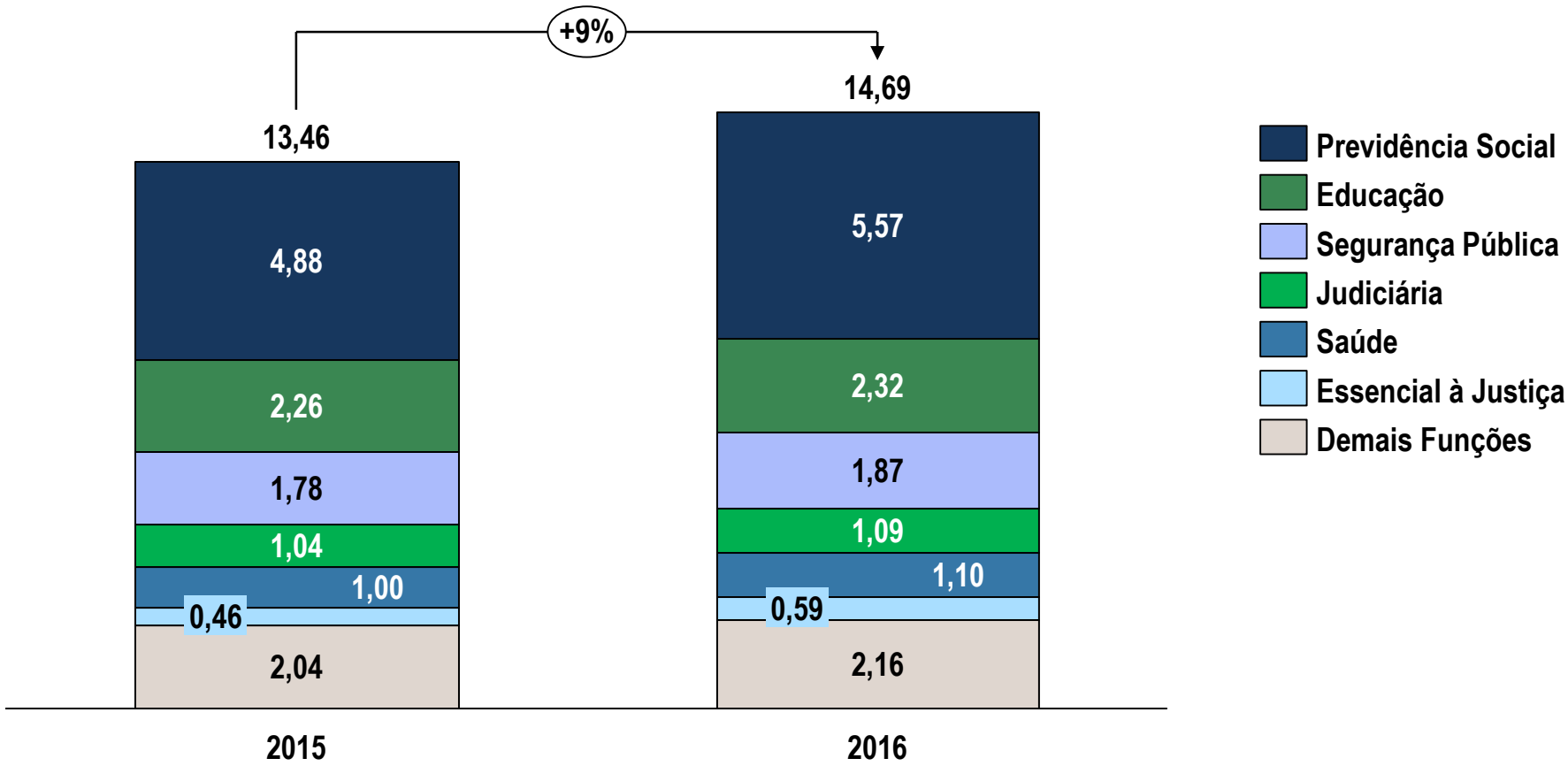
Bilhões R$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

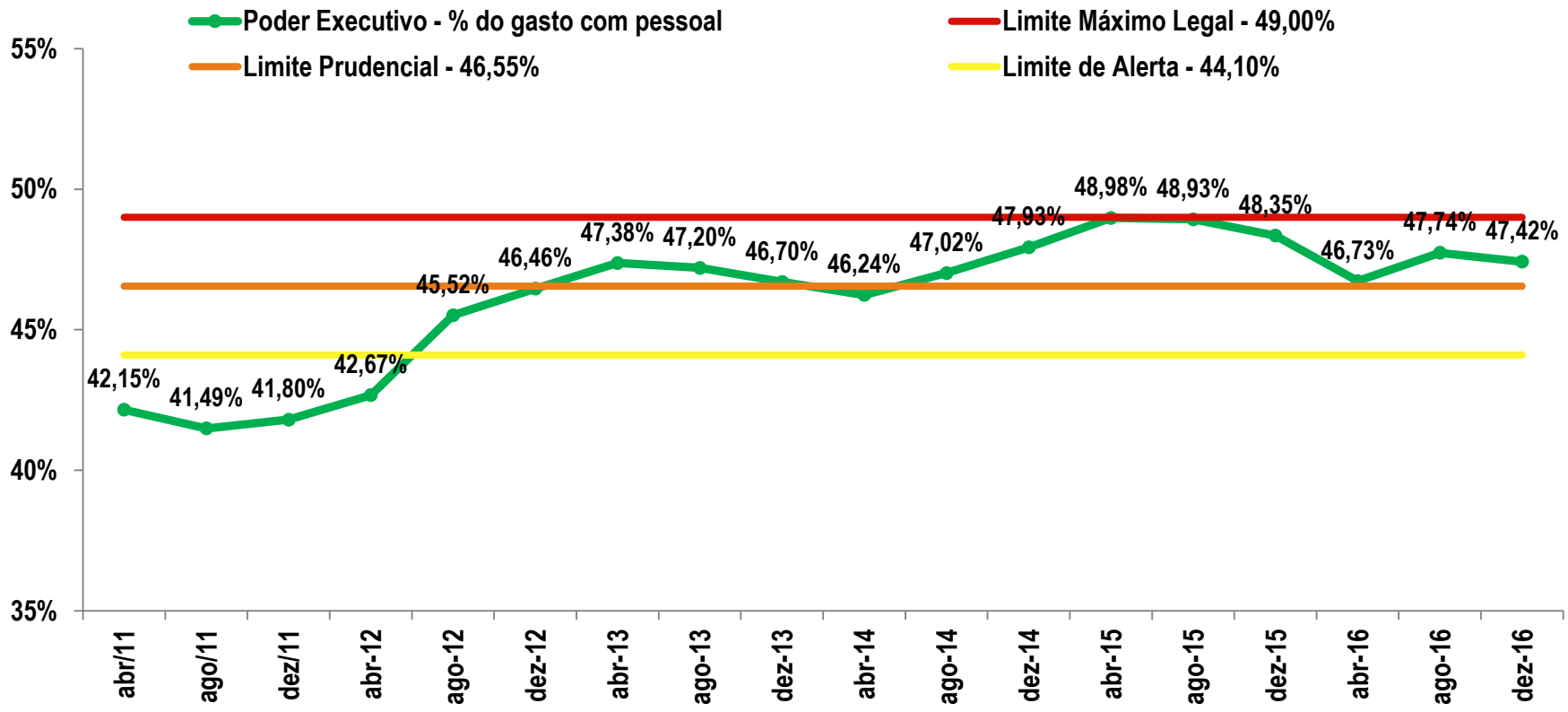
Folha de Pagamento por Área de Governo

Bilhões R$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Gasto com Pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Aplicação em Educação nos últimos 5 anos

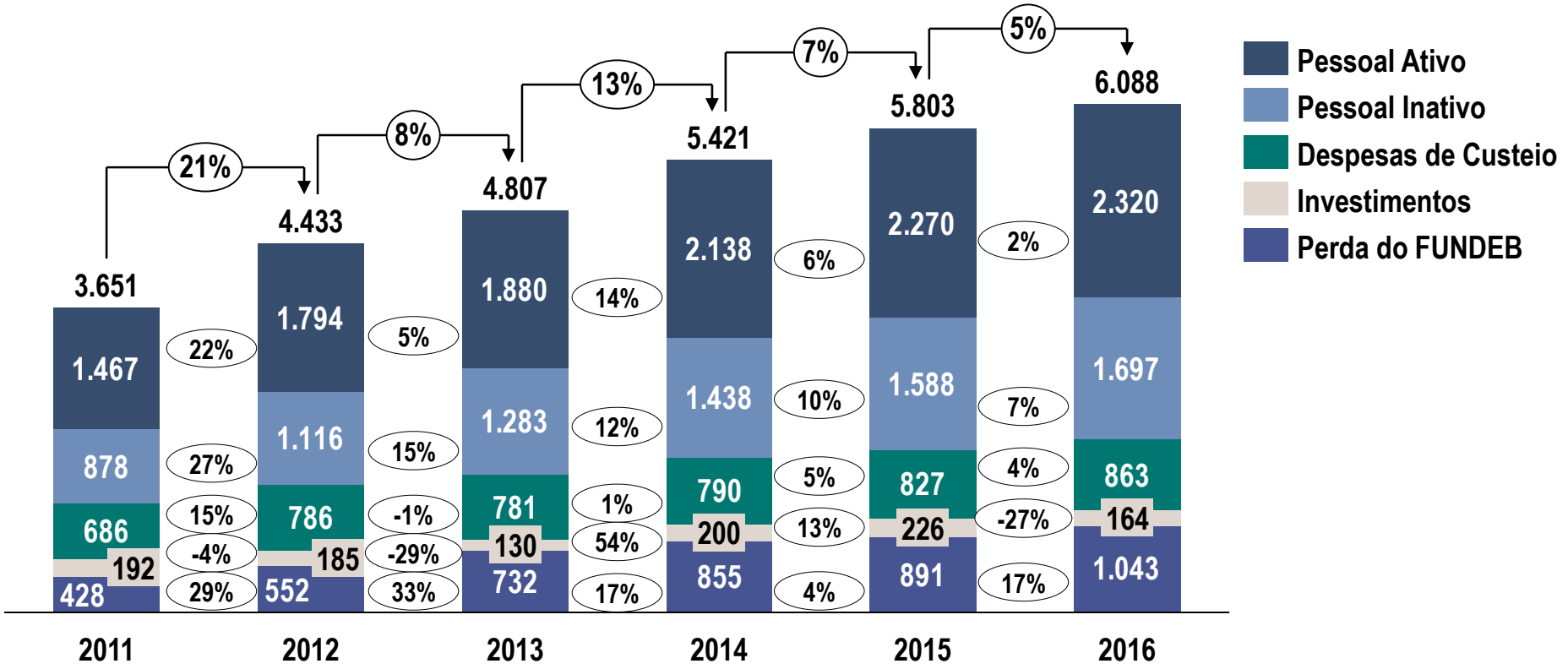
Milhões R$

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 - Pessoal Ativo	1.467	1.794	1.880	2.138	2.270	2.320
2 - Despesas de Custeio	686	786	781	790	827	863
3 - Investimentos	192	185	130	200	226	164
4 - Subtotal (1 + 2 + 3)	2.345	2.765	2.791	3.128	3.323	3.347
5 - Pessoal Inativo	878	1.116	1.283	1.438	1.588	1.697
6 - Perda do FUNDEB	428	552	732	855	891	1.043
7 - Subtotal (5 + 6)	1.306	1.668	2.015	2.293	2.480	2.740
TOTAL GERAL (4 + 7)	3.651	4.433	4.807	5.421	5.803	6.088

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Aplicação em Educação nos últimos 5 anos*

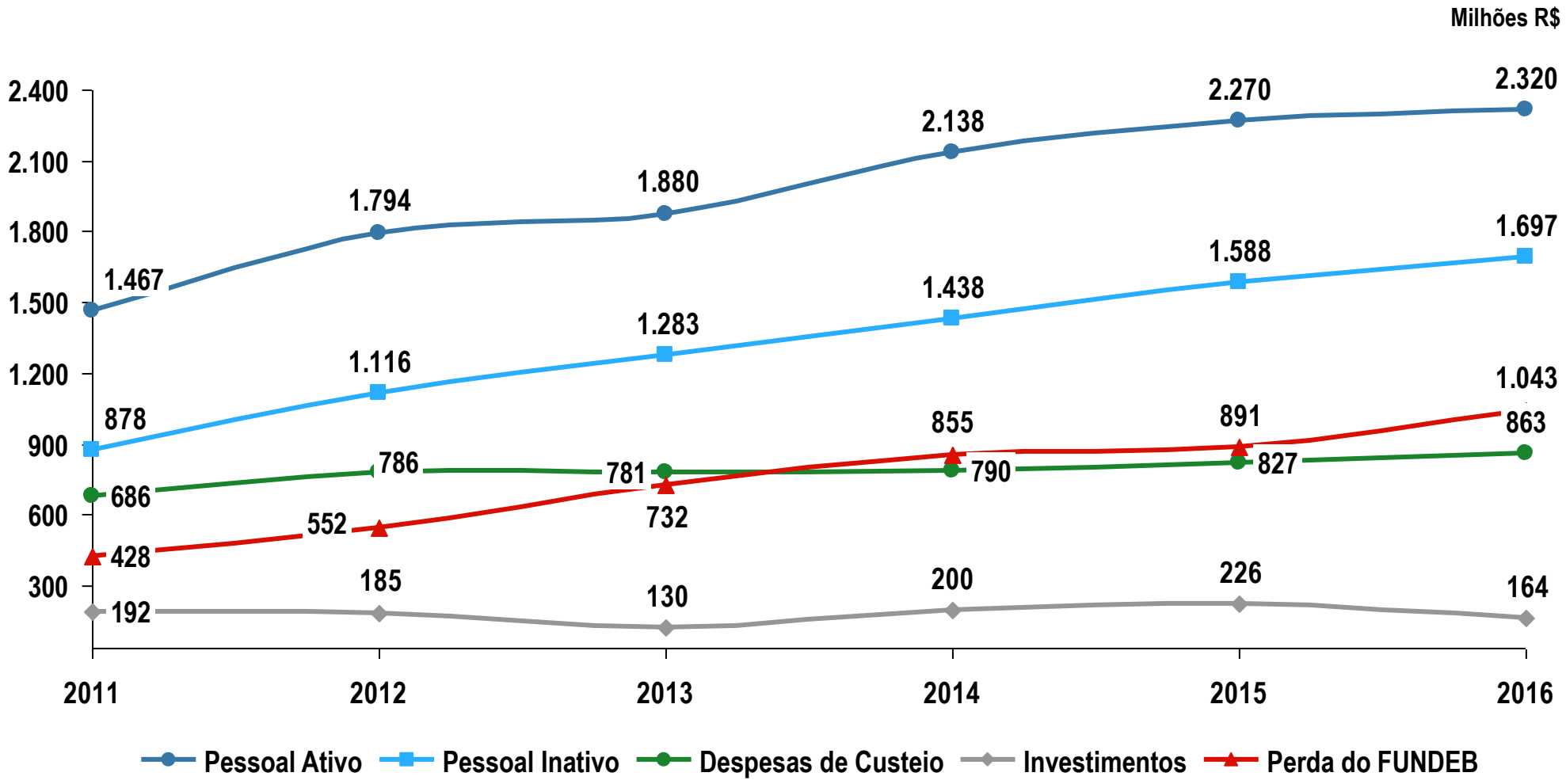
Milhões R$



* Total das Despesas de Inativos da Educação pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Aplicação em Educação nos últimos 5 anos *

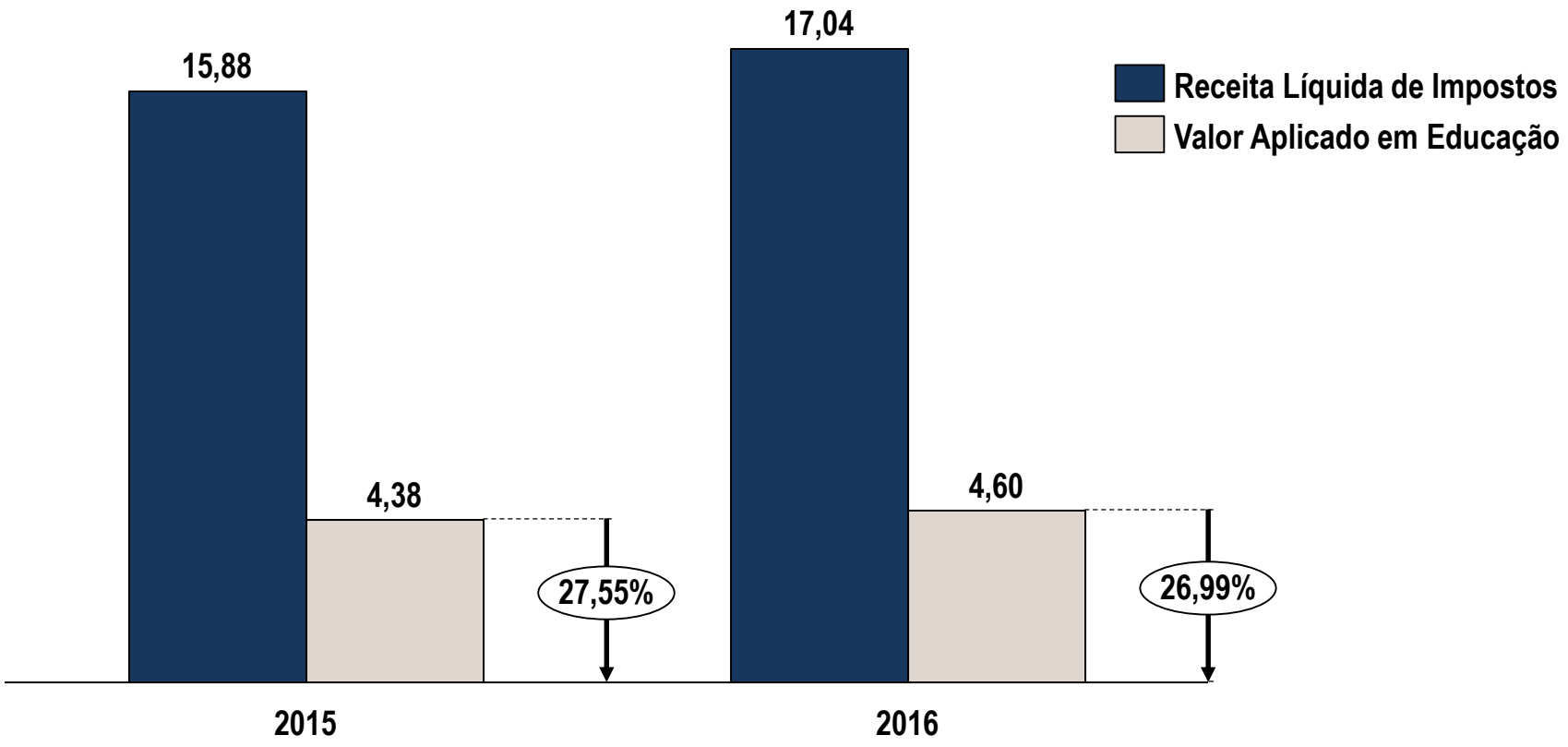


* Total das Despesas de Inativos da Educação pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Aplicação do Mínimo Constitucional em Educação - 25% da RLI*

Bilhões R$



* Para fins de cumprimento da legislação, o índice é apenas aquele calculado ao final do exercício.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Cumprimento do Mínimo Constitucional em Educação - 25% da RLI*

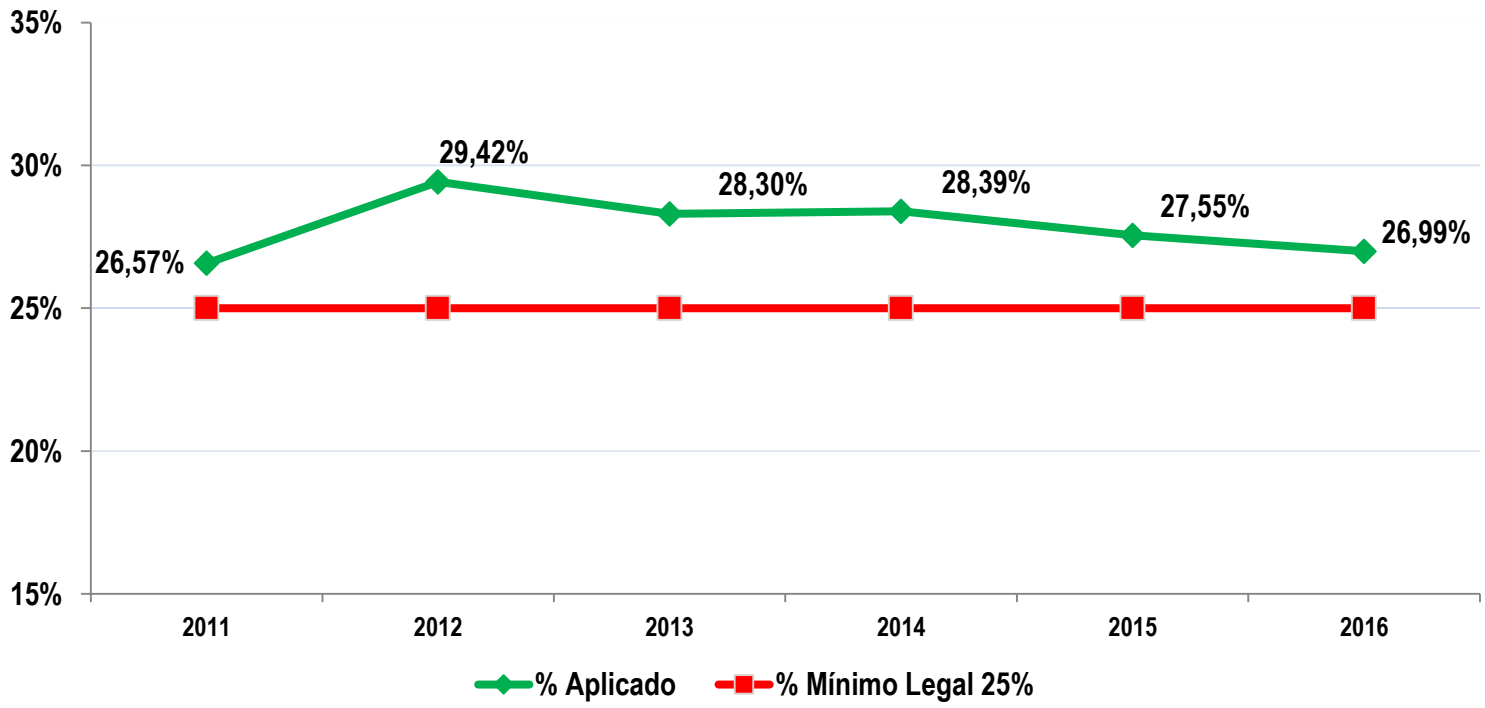
Milhões R$

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Líquida de Impostos	11.152	12.026	13.533	15.217	15.881	17.042
Valor mínimo a aplicar em Educação	2.788	3.007	3.383	3.804	3.970	4.261
Total das despesas consideradas no mínimo constitucional (inclusive inativos)	2.963	3.538	3.829	4.320	4.379	4.600
Gastos com inativos considerados no mínimo constitucional	470	714	731	782	710	698
% Aplicado (com inativos)	26,57%	29,42%	28,30%	28,39%	27,57%	26,99%
% Aplicado (sem inativos)	16,86%	23,76%	21,61%	20,56%	17,89%	16,39%
Valores a aplicar para cumprir o Mínimo Constitucional (sem inativos)	175	532	446	516	409	339

* Para fins de cumprimento da legislação, o índice é apenas aquele calculado ao final do exercício.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Percentuais de Aplicação em Educação – 25% RLI*



* Para fins de cumprimento da legislação, o índice é apenas aquele calculado ao final do exercício.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

FUNDEB

Milhões R$

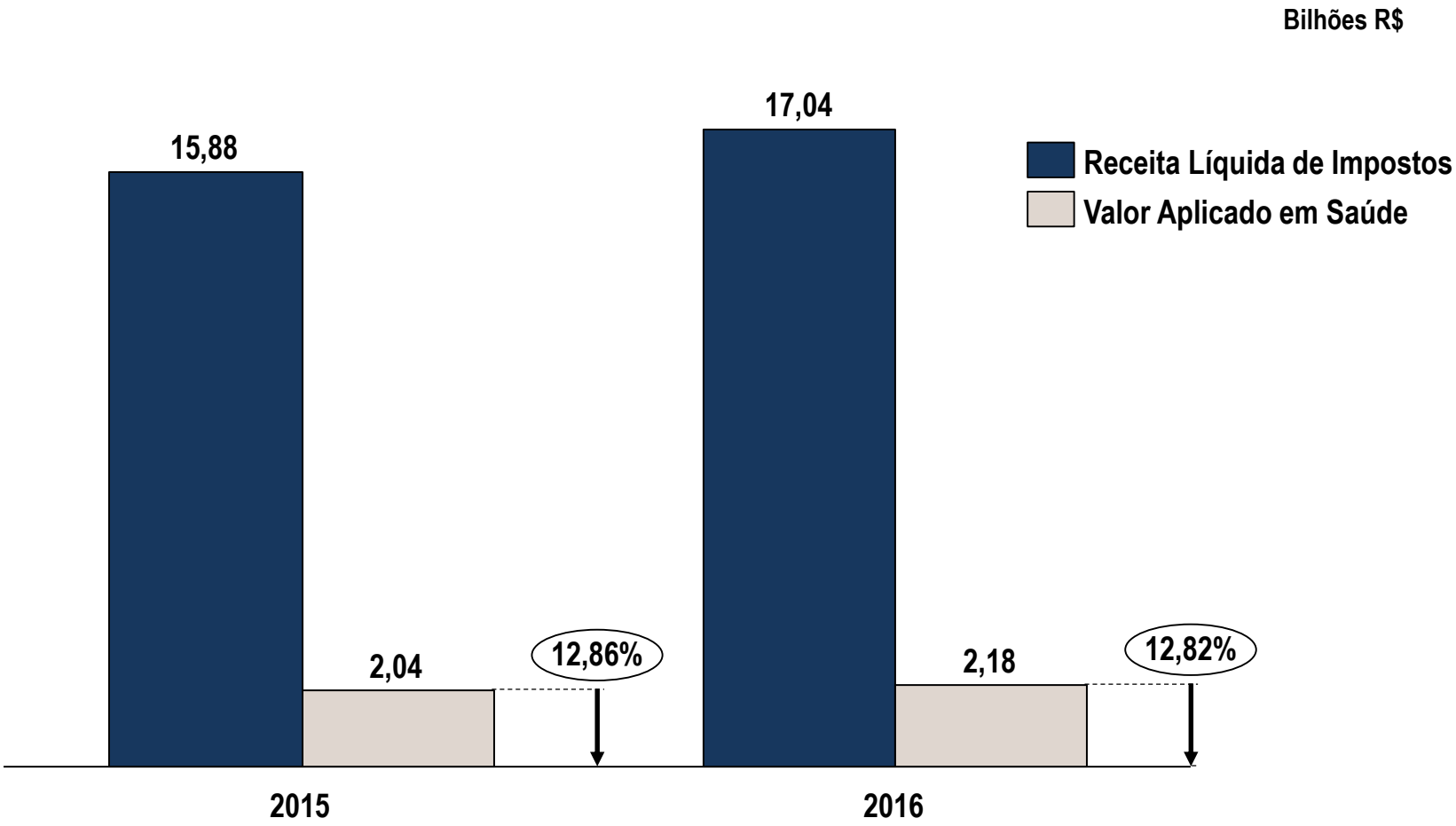
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valores Repassados	2.104	2.257	2.478	2.776	2.855	3.126
Retorno do FUNDEB	1.676	1.705	1.746	1.921	1.963	2.082
Perda do FUNDEB	428	552	732	855	891	1.043

Perda FUNDEB x Valores Repassados	20,36%	24,45%	29,55%	30,80%	31,22%	33,38%

* Para fins de cumprimento da legislação, o índice é apenas aquele calculado ao final do exercício.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

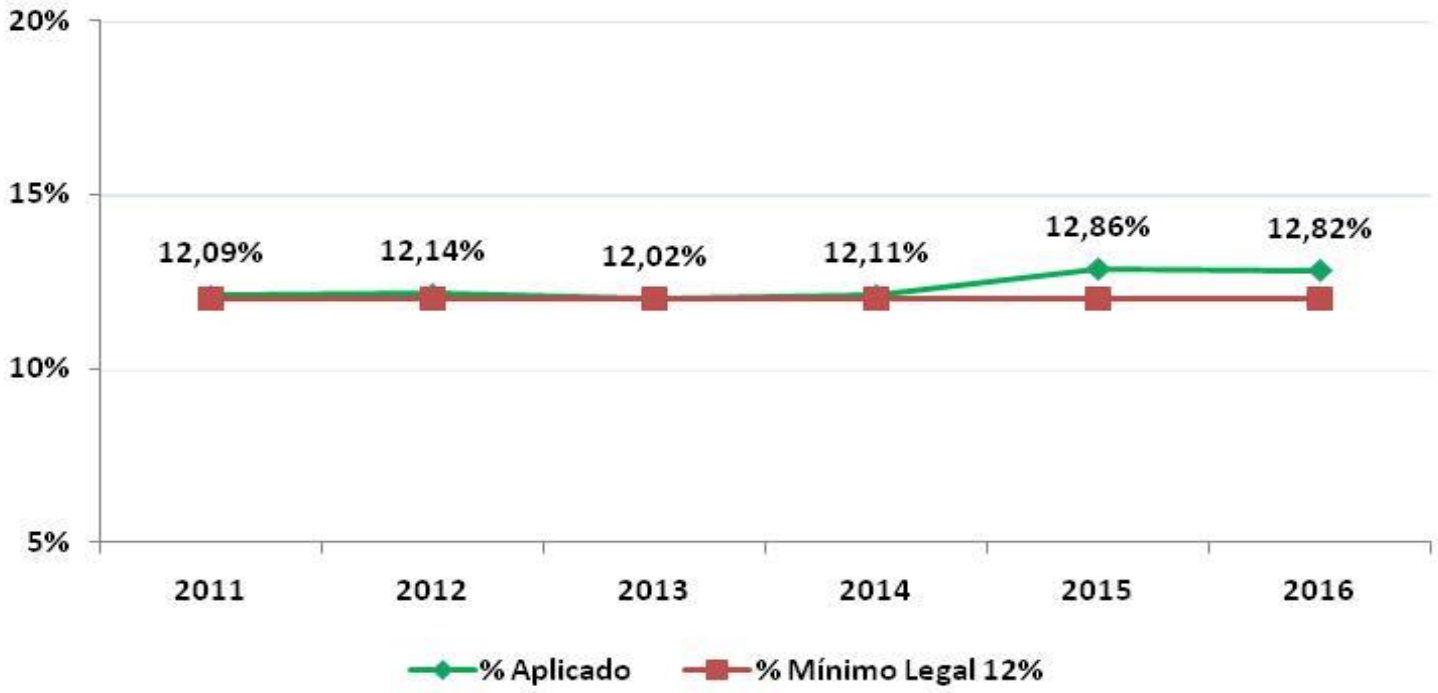
Aplicação do Mínimo Constitucional em Saúde – 12% da RLI*



* Para fins de cumprimento da legislação, o índice é apenas aquele calculado ao final do exercício.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

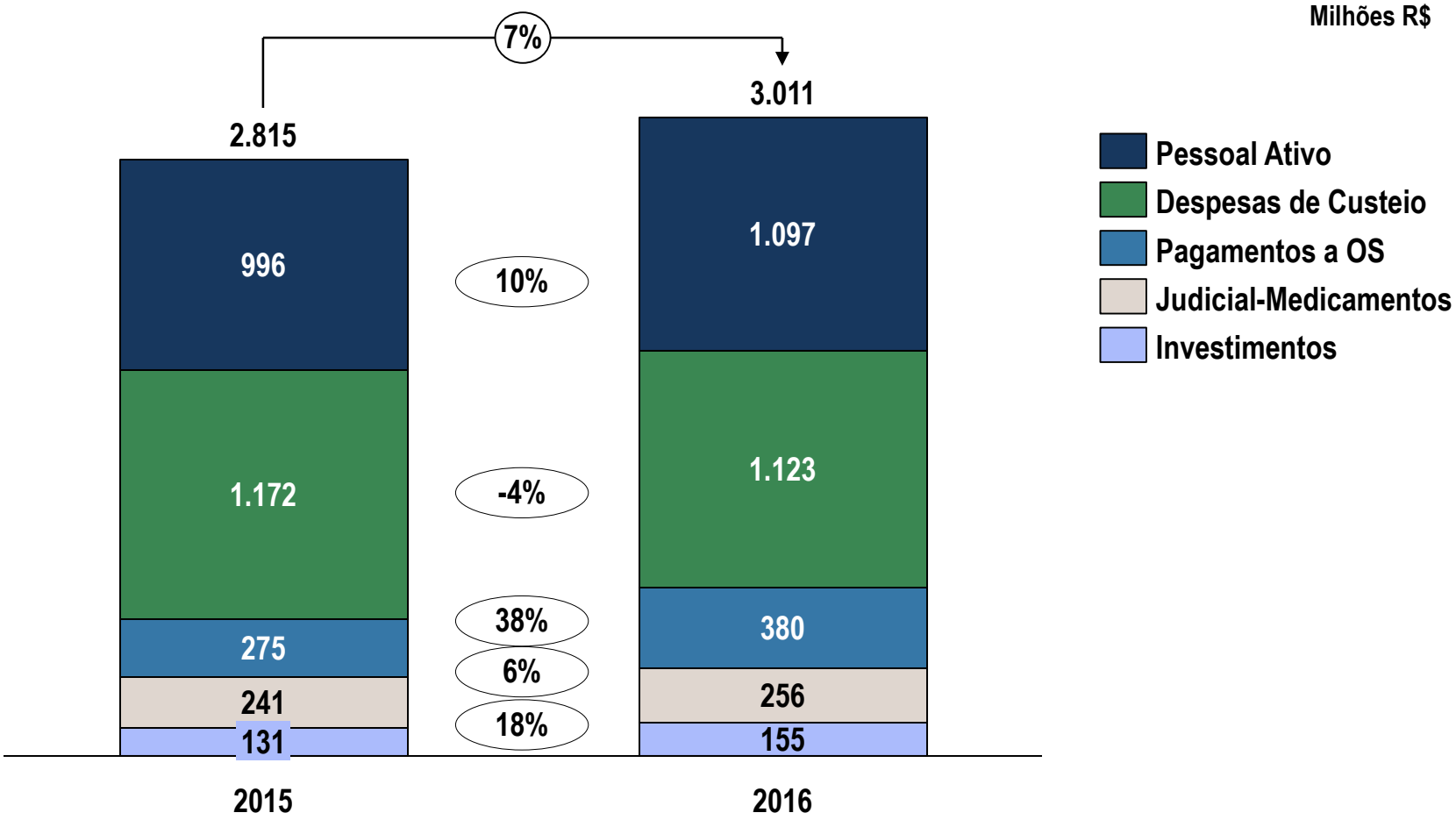
Aplicação do Mínimo Constitucional em Saúde – 12% da RLI*



*** Para fins de cumprimento da legislação, o índice é apenas aquele calculado ao final do exercício.**

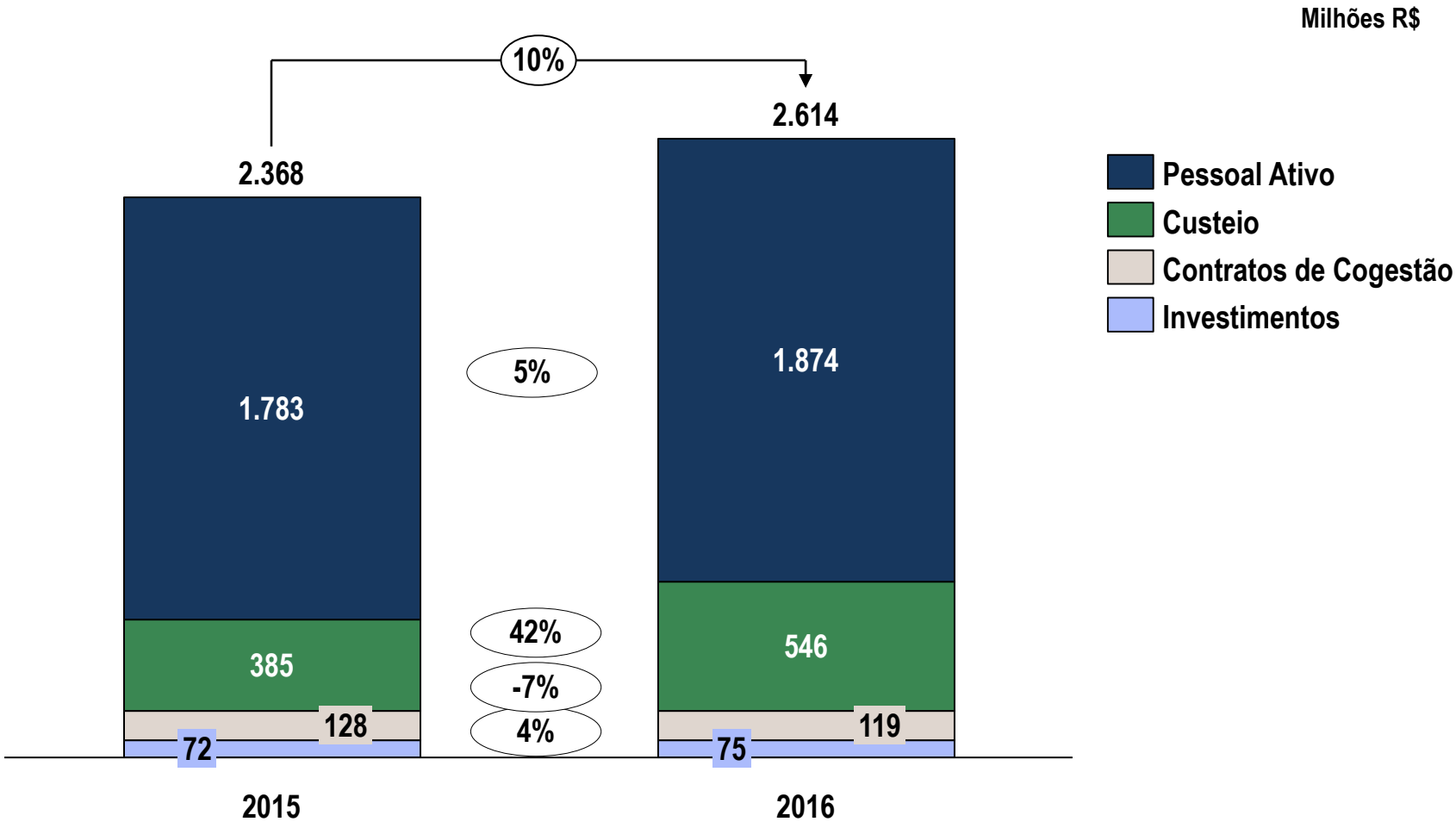
Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Aplicação em Saúde



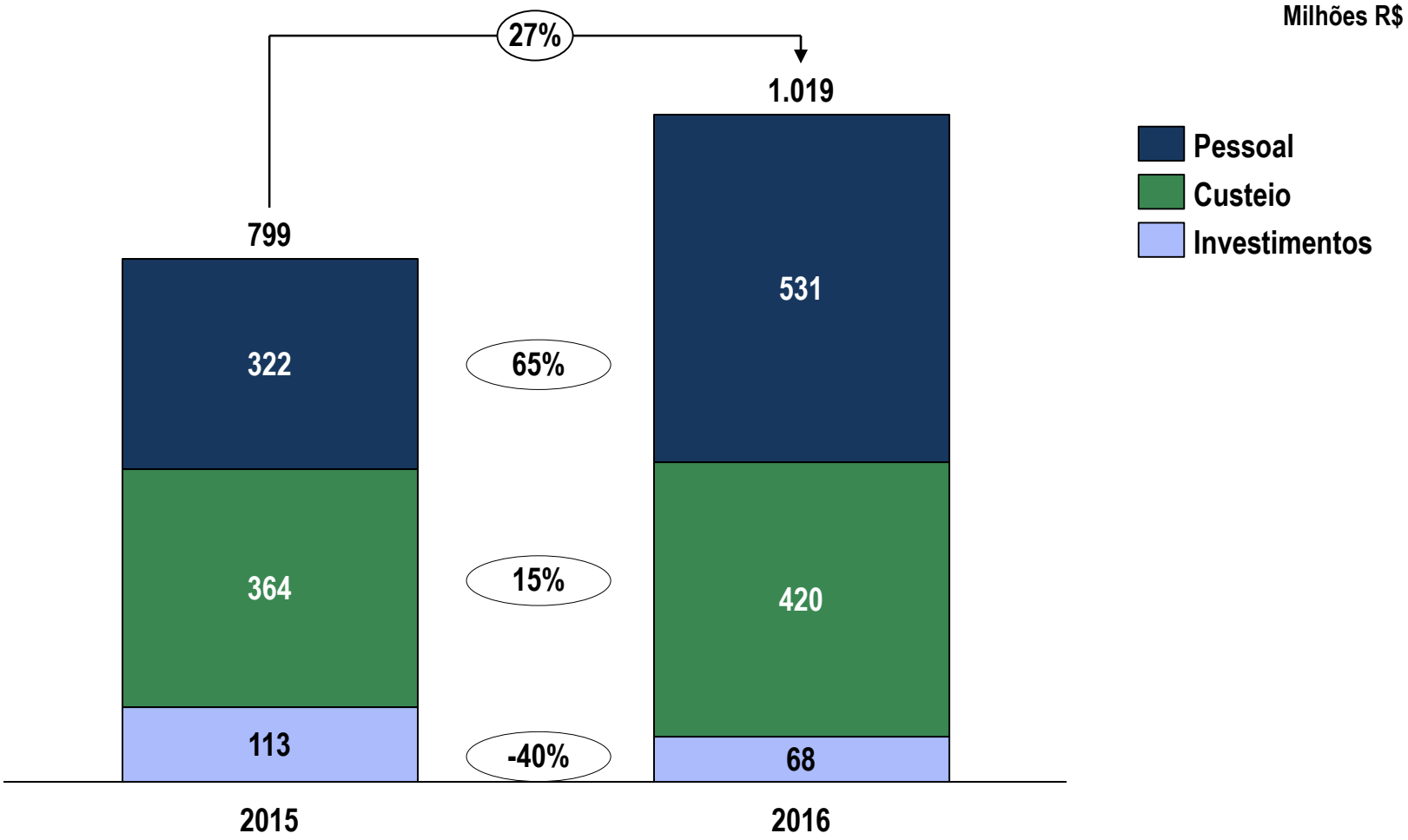
Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Aplicação em Segurança Pública



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

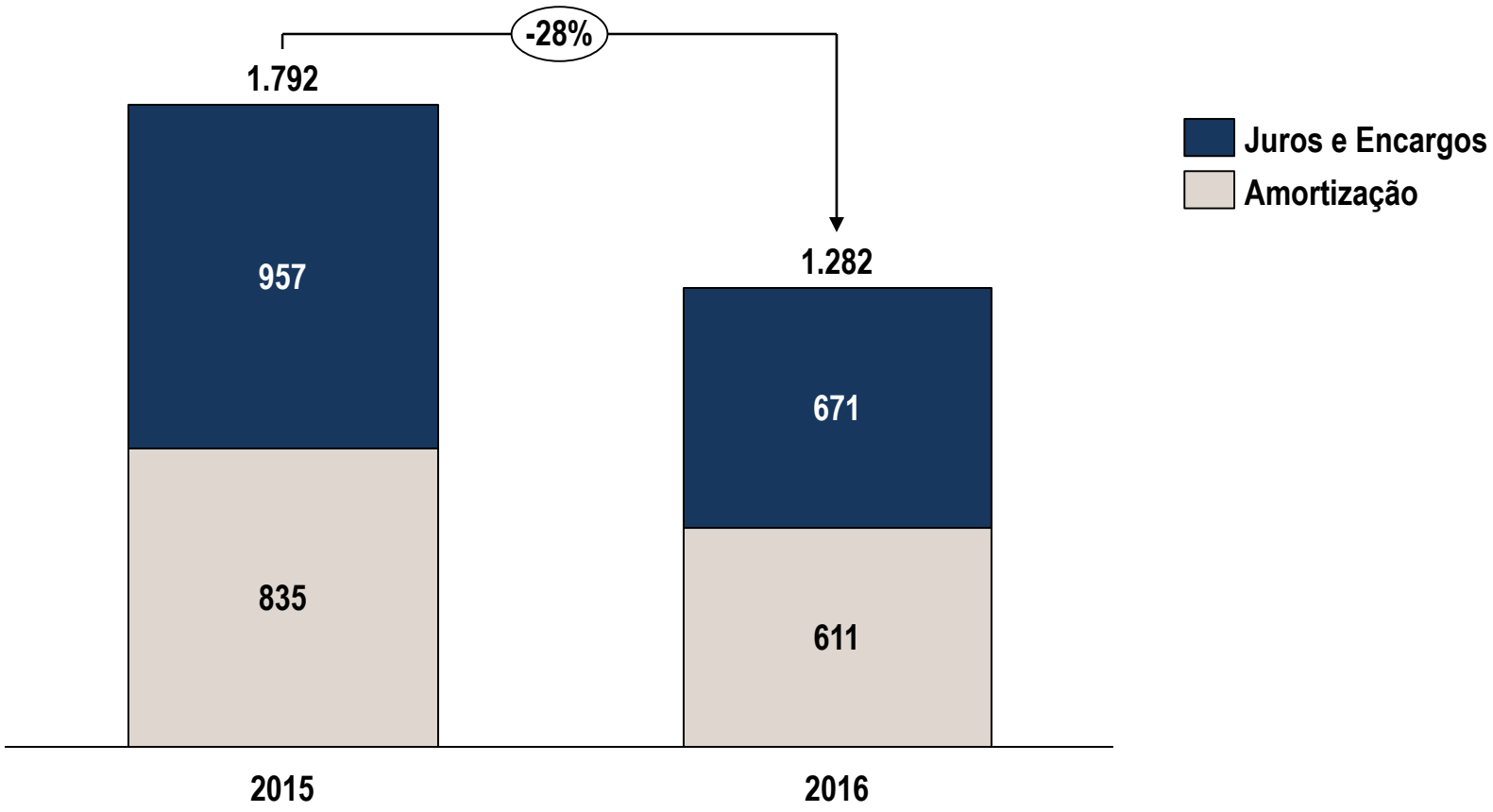
Aplicação em Justiça e Cidadania



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Pagamento da Dívida Pública

Milhões R$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Pagamento da Dívida Pública - Contratos

Descrição - Contratos	Dez 2015 – Milhões R$	% Total	Dez 2016 – Milhões R$	% Total
Empréstimos Internos				
UNIÃO 9.496/97	990,65	73,10%	314,13	37,58%
BNDES ACELERA SC	156,97	8,75%	184,63	22,09%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	47,65	2,65%	148,27	17,74%
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	42,11	2,35%	64,60	7,73%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	50,31	2,80%	55,66	6,66%
BNDES CASAN PAC	21,33	1,19%	20,58	2,46%
BNDES PEF II	12,72	0,71%	12,28	1,47%
BB PEF I	8,31	0,46%	7,87	0,94%
BNDES SIT JOINVILLE	6,35	0,35%	7,13	0,85%
UNIÃO 8.727/93	6,80	0,38%	6,48	0,78%
CEF PNAF	4,59	0,26%	4,98	0,60%
BNDES PMAE SPED	4,42	0,25%	4,47	0,54%
BNDES PMAE GESTÃO	0,70	0,04%	2,56	0,31%
UNIÃO DMLP	2,26	0,13%	2,26	0,27%
Total:	**1.355,17**	**100%**	**835,91**	**100%**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública

Pagamento da Dívida Pública - Contratos

Descrição - Contratos	Dez 2015 – Milhões R$	% Total	Dez 2016 – Milhões R$	% Total
Empréstimos Externos				
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US$)	338,54	77,01%	331,53	74,62%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US$)	44,58	10,14%	44,74	10,07%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US$)	22,17	5,04%	21,35	4,81%
CAF - PIR I (US$)	12,25	2,79%	13,98	3,15%
BID 2171 - BID V (US$)	9,75	2,22%	10,71	2,41%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US$)	5,48	1,25%	10,31	2,32%
BID 2172 - PROFISCO (US$)	4,96	1,13%	7,33	1,65%
BIRD 7952 - SC RURAL (US$)	1,40	0,32%	3,15	0,71%
CAF - PROVIAS (US$)	0,48	0,11%	1,20	0,27%
Total:	**439,62**	**100%**	**444,30**	**100%**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública

Estoque da Dívida Pública - Contratos

Descrição	Dez 2015 - Milhões R$	% Total	Dez 2016 - Milhões R$	% Total
Empréstimos Internos				
UNIÃO 9.496/97	9.080,75	63,47%	9.738,00	62,96%
BNDES ACELERA SC	2.689,07	18,80%	2.835,66	18,15%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	395,08	2,76%	1.188,94	7,51%
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	1.430,22	10,00%	1.175,97	7,39%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	417,00	2,91%	418,33	2,53%
BNDES CASAN PAC	93,59	0,65%	86,18	0,51%
UNIÃO DMLP	61,55	0,43%	51,44	0,32%
BNDES PEF II	43,49	0,30%	37,52	0,21%
BNDES SIT JOINVILLE	30,07	0,21%	27,03	0,16%
UNIÃO 8.727/93	22,99	0,16%	19,16	0,11%
BB PEF I	18,80	0,13%	14,64	0,08%
BNDES PMAE GESTÃO	8,62	0,06%	7,39	0,04%
BNDES PMAE SPED	7,08	0,05%	4,43	0,02%
CEF PNAF	7,88	0,06%	4,38	0,01%
Total	**14.306,21**	**100%**	**16.225,81**	**100%**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública

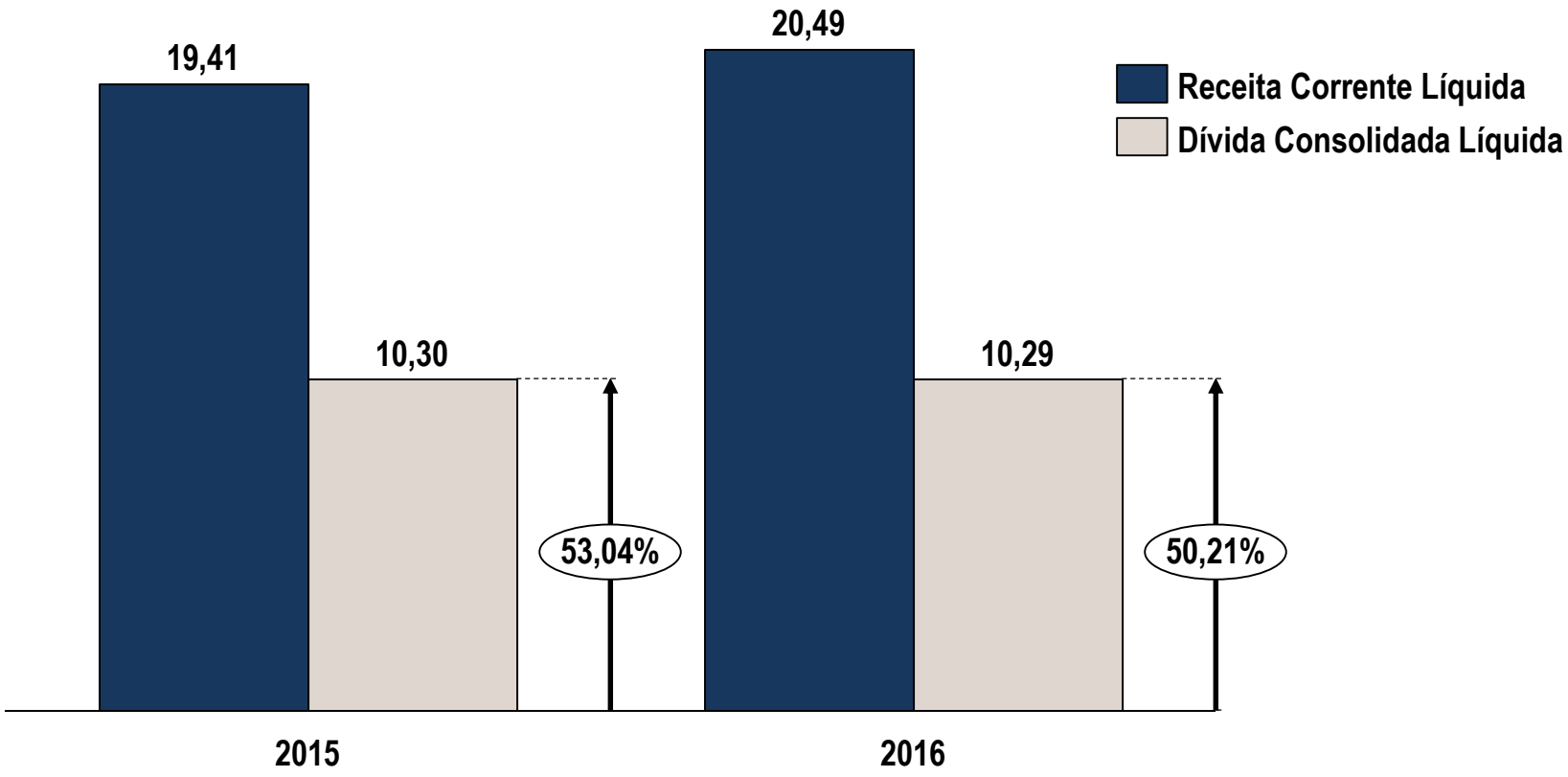
Estoque da Dívida Pública - Contratos

Descrição	Dez 2015 - Milhões R$	% Total	Dez 2016 - Milhões R$	% Total
Empréstimos Externos				
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US$)	2.509,97	63,68%	1.868,21	58,57%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US$)	439,39	11,15%	455,63	14,29%
BIRD 7952 - SC RURAL (US$)	269,05	6,83%	274,14	8,60%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US$)	286,61	7,27%	202,62	6,35%
BID 2171 - BID V (US$)	173,51	4,40%	137,63	4,31%
CAF - PIR I (US$)	116,64	2,96%	87,62	2,75%
BID 2172 - PROFISCO (US$)	89,77	2,28%	81,56	2,56%
CAF - PROVIAS (US$)	19,66	0,50%	71,84	2,25%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US$)	36,86	0,94%	10,27	0,32%
Total:	**3.941,46**	**100%**	**3.189,52**	**100%**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública

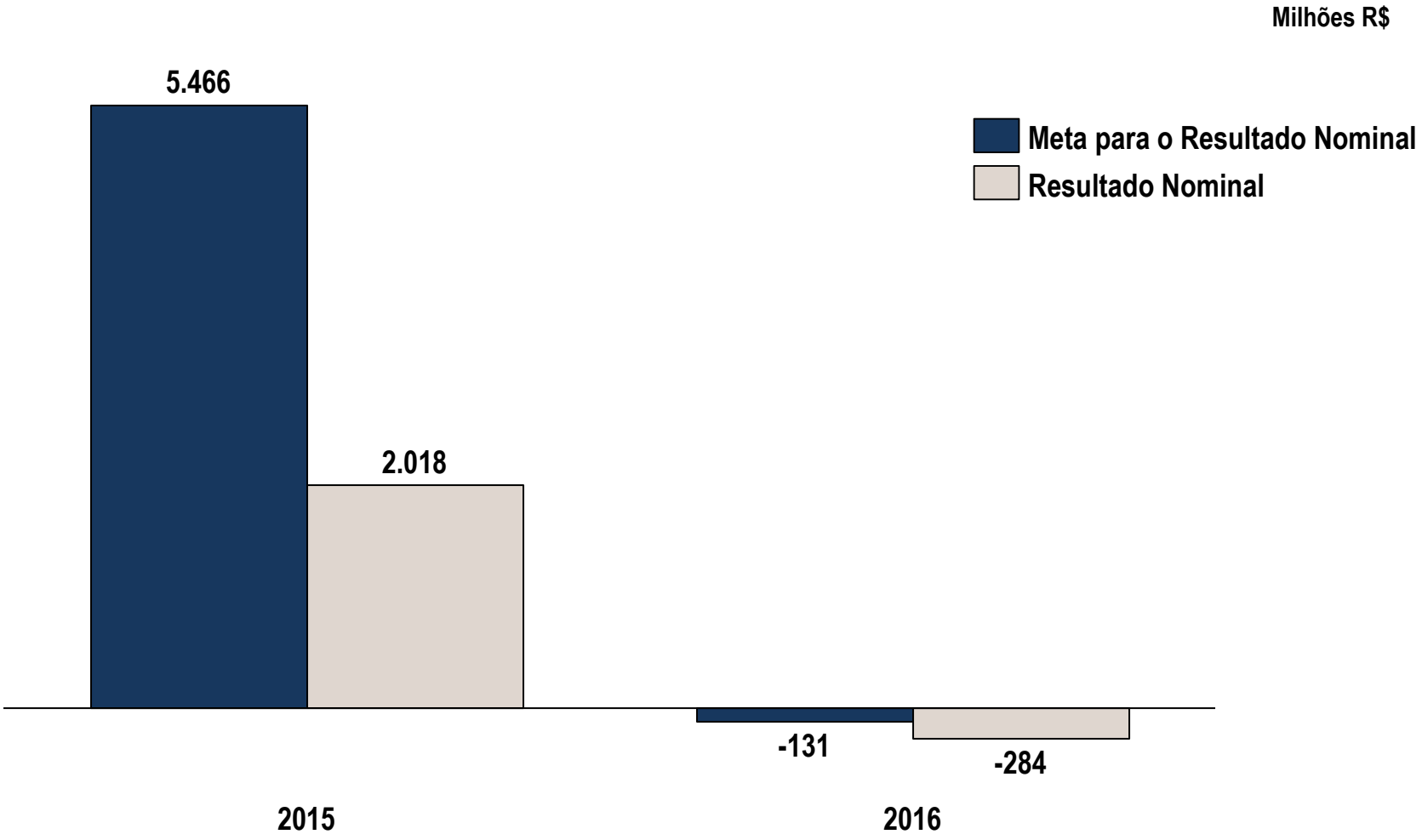
Dívida Consolidada Líquida

Bilhões R$



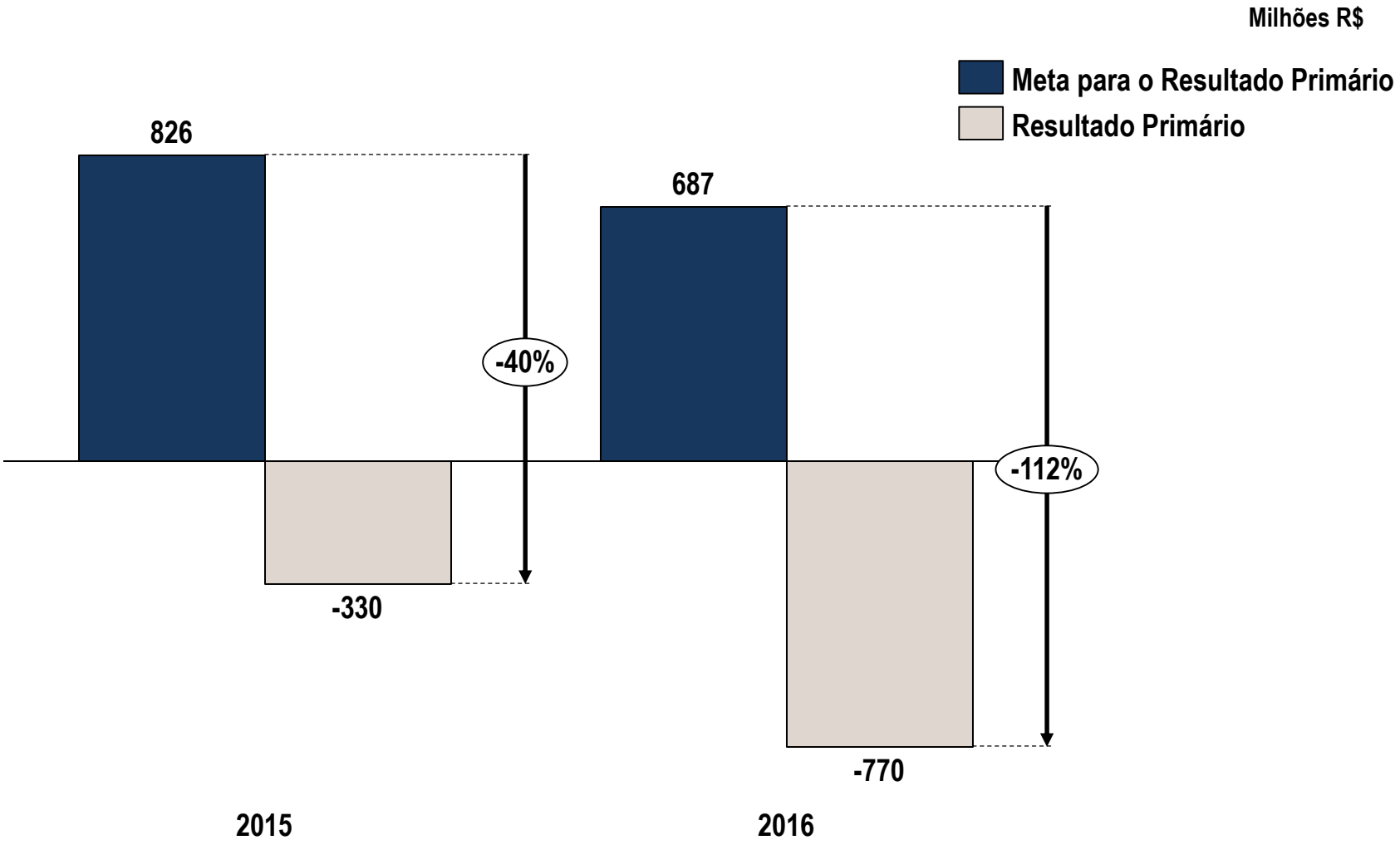
Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Resultado Nominal



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

Resultado Primário



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Fazenda